D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 24 de maio de 2022. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVIII Edição Nº
1594

1ª OFICINA DE CLASSIFICAÇÃO DE TRILHAS ACONTECE EM MANGARATIBA

A ação reuniu diversos profissionais da área do turismo que atuam na região para instruir sobre a classificação de trilhas



A Secretaria de Turismo e Cultura realizou nesta terça-feira (24), a '1ª Oficina de Classificação de Trilhas de Mangaratiba'. A ação reuniu diversos profissionais da área do turismo que atuam na região para instruir sobre a classificação de trilhas, com base nas normas nacionais de turismo de aventura. Os ensinamentos foram ministrados pelo guia de turismo e montanhista, Fabio Nascimento, que possui mais de 25 anos de experiência na área.

A oficina foi dividida em duas partes. A primeira aconteceu no Centro Cultural Cary Cavalcanti e foi voltada a parte teórica da classificação de trilhas. Os presentes aprenderam como classificar, padronizar e delimitar os percursos. Já no segundo momento, os alunos puderam colocar em prática tudo que aprenderam realizando a trilha do Parque Natural Municipal da Pedra do Urubu.

O Secretário de Turismo e Cultura, Fernando Luís da Matta, participou do evento e agradeceu a presença de todos.

"É uma enorme satisfação receber os profissionais de turismo para esse dia voltado a novos conhecimentos. As equipes da Secretaria de Turismo e Cultura já estão se capacitando para oferecer novas oficinas voltadas a área turística local. Contamos sempre com a ajuda dos trabalhadores de turismo, pois será através deles que vamos expandir ainda mais o turismo no nosso município", declarou o Secretário.

Vale ressaltar que a '1ª Oficina de Classificação de Trilhas de Mangaratiba' é uma realização da Secretaria de Turismo e Cultura de Mangaratiba, baseado na norma NBR 15505-2, com apoio do Parque Estadual Cunhambebe e da Associação Carioca de Turismo de Aventura (ACTA). Todos que participaram das duas etapas vão receber certificado.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO, FACE AO ERRO DE DIGITAÇÃO.
Na Edição nº 1587, do Diário Oficial do Município no dia 13 de maio de 2022
EXTRATO DO CONTRATO N° 069/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7064/2021.
ONDE SE LÊ:
Valor: Dá-se a este contrato o valor mensal de R$ 1.500.000,00 00 (um milhão e quinhentos mil de reais).
LEIA-SE:
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 1.500.000,00 00 (um milhão e quinhentos mil de reais).
Mangaratiba, 24 de março de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2022 REMARCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9742/21
AVISO DE ADIAMENTO "SINE DIE"
OBJETO RESUMIDO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa para a aquisição parcelada de material permanente; material de consumo e medicamentos para o setor de odontologia das Unidades básicas de Saúde; Unidade odontológica móvel; centro de especialidade Odontológico (CEO) e para o Hospital Municipal Victor de Souza Breves, cujos quantitativos e custo estimados encontram-se descritos no Termo de Referência Anexo I do Edital, será adiado por "SINE DIE".
Mangaratiba, 23 de maio de 2022.

Felipe de Castilho Barbosa
Pregoeiro
Port. 3340/2021.

ATA DE REUNIÃO REFERENTE AO ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO
SRP N° 005/2022 - REMARCAÇÃO
Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a aquisição parcelada de material permanente; material de consumo e medicamentos para o setor de odontologia das Unidades básicas de Saúde; Unidade odontológica móvel; centro de especialidade Odontológico (CEO) e para o Hospital Municipal Victor de Souza Breves, cujos quantitativos e custo estimados encontram-se descritos no Termo de Referência Anexo I do Edital.
Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) – 23/05/2022, às 09:00 (nove horas e zero) localizada no CEID- Centro de Educação de Interatividade Educacional, localizado na Rua: Coronel Moreira da Silva

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Rômulo dos Santos Nogueira

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juraciára Souza Mendes da Silva

Secretário Municipal de Administração
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Fabio Ferreira

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Braz Marcos da Silva Marques

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jefferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

LEGISLATIVO

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Wladimir da Conceição Pereira

1° Secretário
Cecília Ribeiro Cabral

2° Secretário
Nielson Kopke de Jesus

Vereadores:
Ailton Soares Junior
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Doriedson Thimoteo da Costa
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Leandro de Paula
Mair Bichara Araújo
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

nº 232, Centro- Mangaratiba, Pregoeiro: Felipe de Castilho Barbosa e equipe de apoio, composta por Alexandre Alcântara Pinto – Pregoeira Substituta e Elen Garcia Machado - Membro, designados pela Portaria Nº 3340 de 01 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município e suas complementares, para os procedimentos inerentes a Sessão do Pregão em epígrafe. Este Pregoeiro juntamente com sua Equipe de Apoio decidiu por suspender esta licitação por "SINE DIE". O mesmo justifica-se, afim de que seja adequada a Modalidade de licitação. Desta feita, quando oportuno, nova data será publicada, para a realização do Certame licitatório.
Nada mais havendo digno de registro, encerra-se esta reunião, na qual, foi lavrada a presente Ata que será juntada aos autos, registra-se e publique-se.

Mangaratiba, 23 de maio de 2022.
Felipe de Castilho Barbosa
Pregoeiro
Port. 3340/2021.

PORTARIA ADM. N.º 1238 DE 24 DE MAIO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021,
RESOLVE:
Art.1º Designar FERNANDA AMELIA MESSA E SILVA, Guarda Municipal, Mat. 10415, CPF: 15697645732, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, referente a contratação da Empresa: TATYANA GOMES DE CARVALHO, CPF: 025.845.257-98, CRP: 05/2483, oriunda do Processo Administrativo n°. 10407/2021, conforme procedimento licitatório: Contrato n°. 068/2022 - Prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses. Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de abril de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 24 de maio de 2022.
Jonathan Marins Aguiar
Secretário Municipal de Administração
Portaria 3282/2021

PORTARIA N.º 0672 DE 24 DE MAIO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE CERIMONIAL, Símbolo CDR, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2022.

PORTARIA N.º 0673 DE 24 DE MAIO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARLLON RODRIGUES LOPES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO com efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 24 de maio de 2022.
Alan Campos da Costa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÂO Nº 07/2022

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mangaratiba – CMAS, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei Municipal n°44/1997 que criou o CMAS e Lei Municipal n°109 de 04 de junho de 1999 que dá nova redação à Lei de Criação do Conselho:

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 do Município de Mangaratiba.

Art 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Mangaratiba, 11 de maio de 2022.

Diego M. Nascimento
Assistente Social
CRESS 22261 7ª Reg.

DIEGO MARTINS NASCIMENTO
Presidente do CMAS

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Mangaratiba

RESOLUÇÂO Nº 10/2022

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mangaratiba – CMAS, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei Municipal n°44/1997 que criou o CMAS e Lei Municipal n°109 de 04 de junho de 1999 que dá nova redação à Lei de Criação do Conselho:

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar a prestação de contas do **DEMONSTRATIVO SERVIÇOS/PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEMONSTRATIVO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL E O DEMONSTRATIVO DA GESTÃO SUAS DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANO 2020.**

Art 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Mangaratiba, 11 de maio de 2022.

Diego M. Nascimento
Presidente do CMAS
Mangaratiba - RJ

DIEGO MARTINS NASCIMENTO
Presidente do CMAS

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Ministério do Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO DO GESTÃO SUAS DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO 2020
VERSÃO 1.0 Original

I. DADOS CADASTRAIS

1. DADOS CADASTRAIS DO ENTE FEDERADO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: PRAÇA ROBERT SIMÕES 91
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6000
Fax: (21) 2789-6014
E-mail: gabinete@mangaratiba.rj.gov.br
Prefeito: ALAN CAMPOS DA COSTA
Nível de gestão: Gestão Plena
Porte: PEQUENO II

2. DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)
Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CORONEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21)
E-mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Nome do Gestor: EDUARDO FERREIRA JORDAO

3. DADOS CADASTRAIS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ: 17.507.464/0001-91
E-Mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21) 2789-6014
Título do Ato: 30
Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 109

Digitalizado com CamScanner

Data de Assinatura: 04/06/1999
Data de Publicação: 11/06/1999

4.DADOS CADASTRAIS DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ:
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
null: Título do Ato
Ato de criação: LEI
Número do Ato: 44
Data de Assinatura: 12/12/1997
Data de Publicação: 19/12/1997

4.1 TÍTULO DO SECRETÁRIO

Nome do Secretário: FABIANY DA SILVA CAMARA

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
115.755.327-35	Diego Martins Nascimento	CONSELHEIRO(A)	08/04/2022	08/04/2024
077.493.457-36	Aparecida Abrahão da Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
270.189.387-91	Norma Braga de Sá	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	20/01/2024
629.746.107-49	DALVIRENE MENDES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
815.191.175-15	Siomara de Andrade Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
038.691.497-44	SIMONE DA CONCEICAO RODRIGUES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
136.444.467-41	DIOGO DE OLIVEIRA GOMES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
139.857.057-55	SHANA ALVES DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/01/2022	20/01/2024

II. SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. IGD SUAS FÍSICO FINANCEIRO

Ação Orçamentária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fator 1 do IGD - Indice de Gestão Descentralizada SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ID CRAS Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS

1.1 Saldo disponível nas contas correntes em 31/12/2019	R$ 56.684,31
1.2 Valores recebidos no exercício	R$ 0,00
1.3 Outros créditos ocorridos na conta corrente	R$ 0,00
1.4 Rendimentos na aplicação no mercado financeiro no exercício	R$ 197,51
1.5 Valores NÃO aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual/DF)	R$ 0,00
1.6 Receitas totais do IGD - SUAS para o exercício de 2020	R$ 56.881,82
1.7 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social	R$ 0,00
1.8 Valores efetivamente executados no exercício	R$ 17.168,00
1.8.1 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas à gestão	R$ 15.461,55

Digitalizado com CamScanner

1.8.2 Valores efetivamente executados no exercício com ações relativas ao Conselho de Assistência Social	R$ 1.706,45
1.9 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R$ 39.713,82
1.9.1 Saldo a reprogramar referente a despesas com o fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)	R$ 0,00
1.9.2 Saldo a reprogramar referente a despesas com o aprimoramento da gestão do SUAS	R$ 39.713,82

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.10.134 X1:168.228.16.28 02179522754 202205101214 4678077

Digitalizado com CamScanner

Ministério do Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO 2020
VERSÃO 1.0 Original

I. DADOS CADASTRAIS

1. DADOS CADASTRAIS DO ENTE FEDERADO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: PRAÇA ROBERT SIMÕES 91
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6000
Fax: (21) 2789-6014
E-mail: gabinete@mangaratiba.rj.gov.br
Prefeito: ALAN CAMPOS DA COSTA
Nível de gestão: Gestão Plena
Porte: PEQUENO II

2. DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)
Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CORONEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21)
E-mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Nome do Gestor: EDUARDO FERREIRA JORDAO

3. DADOS CADASTRAIS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ: 17.507.464/0001-91
E-Mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21) 2789-6014
Título do Ato: 30
Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 109

Digitalizado com CamScanner

Data de Assinatura: 04/06/1999
Data de Publicação: 11/06/1999

4.DADOS CADASTRAIS DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ:
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
null: Título do Ato
Ato de criação: LEI
Número do Ato: 44
Data de Assinatura: 12/12/1997
Data de Publicação: 19/12/1997

4.1 TÍTULO DO SECRETÁRIO

Nome do Secretário: FABIANY DA SILVA CAMARA

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
115.755.327-35	Diego Martins Nascimento	CONSELHEIRO(A)	08/04/2022	08/04/2024
077.493.457-36	Aparecida Abrahão da Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
270.189.387-91	Norma Braga de Sá	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
629.746.107-49	DALVIRENE MENDES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	20/01/2024
815.191.175-15	Siomara de Andrade Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
038.691.497-44	SIMONE DA CONCEICAO RODRIGUES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
136.444.467-41	DIOGO DE OLIVEIRA GOMES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
139.857.057-55	SHANA ALVES DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/01/2022	20/01/2024

II. PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

1. IGD PBF FÍSICO FINANCEIRO

Ação Orçamentária / Taxas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fator 1 do IGD - Indice de Gestão Descentralizada PBF	0,75	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79
Taxa - Frequência Escolar	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99
Taxa - Agenda Saúde	0,55	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67
Taxa - Atualização Cadastral	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71
Financeiro	2.488,21	0,00	0,00	8.975,02	5.983,35	0,00	5.983,35	5.983,35	5.385,01	5.385,01	5.385,01	8.524,34

1- RECURSOS DE INCENTIVO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-IGD	
1.1 Recursos reprogramados de exercícios anteriores	R$ 114.964,04
1.2 Valores recebidos no exercício	R$ 54.092,65
1.3 Outros créditos ocorridos na conta vinculada	R$ 0,00
1.4 Valores de aplicações no mercado financeiro no exercício	R$ 300,31
1.5 Valores NÃO aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social (Municipal ou Estadual)	R$ 0,00
1.6 Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social	R$ 0,00
1.7 Valores efetivamente executados no exercício	R$ 71.290,10

Digitalizado com CamScanner

1.8 Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R$ 98.066,90

DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.10.134 X1:168.228.16.28 02179522754 202205101214 4678077

Digitalizado com CamScanner

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO 2020
VERSÃO 1.0 Original

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 DADOS CADASTRAIS DO ENTE FEDERADO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: PRAÇA ROBERT SIMÕES 91
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6000
Fax: (21) 2789-6014
E-mail: gabinete@mangaratiba.rj.gov.br
Prefeito: ALAN CAMPOS DA COSTA
Nível de gestão: Gestão Plena
Porte: PEQUENO II

2. DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)
Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CGC/CNPJ: 29.138.310/0001-59
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CORONEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21)
E-mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Nome do Gestor: EDUARDO FERREIRA JORDAO

3. DADOS CADASTRAIS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ: 17.507.464/0001-91
E-Mail: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br
Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere
Telefone: (21) 2789-6014
Fax: (21) 2789-6014
Título do Ato

Digitalizado com CamScanner

Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 109
Data de Assinatura: 04/06/1999
Data de Publicação: 11/06/1999

4.DADOS CADASTRAIS DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ:
Cidade: MANGARATIBA
UF: RJ
Endereço: RUA CEL MOREIRA DA SILVA 91 CENTRO
C.E.P.: 23860000
Telefone: (21) 2789-6014
Título do Ato
Ato de criação: LEI
Número do Ato: 44
Data de Assinatura: 12/12/1997
Data de Publicação: 19/12/1997

4.1 TÍTULO DO SECRETÁRIO

Nome do Secretário: FABIANY DA SILVA CAMARA

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
115.755.327-35	Diego Martins Nascimento	CONSELHEIRO(A)	08/04/2022	08/04/2024
077.493.457-36	Aparecida Abrahão da Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
270.189.387-91	Norma Braga de Sá	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	20/01/2024
629.746.107-49	DALVIRENE MENDES CHAGAS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
815.191.175-15	Siomara de Andrade Silva	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/02/2022	01/02/2024
038.691.497-44	SIMONE DA CONCEICAO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
136.444.467-41	DIOGO DE OLIVEIRA GOMES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	01/02/2022	01/02/2024
139.857.057-55	SHANA ALVES DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/01/2022	20/01/2024

II. Execução Financeira

1. Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo

1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO

1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020

1.1 Saldo na conta corrente 171387 em 31/12/2019	R$ 1.572,33
1.2 Saldo nas contas anteriores a 171387 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 0,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 7,76
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 171387	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 1.580,09

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020

2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 0,00
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 1.580,09
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 171387 em 31/12/2020	R$ 1.580,09
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 171387 em 31/12/2020	R$ 0,00
1.2 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 179752 em 31/12/2019	R$ 40.197,91
1.2 Saldo nas contas anteriores a 179752 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 0,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 198,32
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 179752	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 40.396,23
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R$ 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 0,00
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	

Digitalizado com CamScanner

3.1 Saldo financeiro total	R$ 40.396,22
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 179752 em 31/12/2020	R$ 40.396,22
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 179752 em 31/12/2020	R$ 0,00
1.3 SIGTV ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 205303 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.2 Saldo nas contas anteriores a 205303 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 200.000,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 89,77
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 205303	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 200.089,77
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados por meio de transferências voluntárias, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do SIGTV	R$ 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com recursos federais - Equipe de Referência	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas), pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos de recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Demais gastos não especificados nos itens acima	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 200.089,77
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 205303 em 31/12/2020	R$ 200.089,77
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 205303 em 31/12/2020	R$ 0,00
1.4 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 171395 em 31/12/2019	R$ 14,48
1.2 Saldo nas contas anteriores a 171395 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 0,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 0,07
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 171395	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 14,55
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R$ 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 0,00
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 14,55
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 171395 em 31/12/2020	R$ 14,55
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 171395 em 31/12/2020	R$ 0,00
1.5 Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 203912 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.2 Saldo nas contas anteriores a 203912 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 100.800,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 143,88
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 203912	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 100.943,88
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito extraordinário, mediante Portaria nº 369/2020, no exercício de 2020	R$ 14.770,45
2.1.1 Com aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas estatais de atendimento do SUAS	R$ 14.770,45
2.1.2 Gastos com outras despesas não especificadas no item anterior	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 86.173,43
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 203912 em 31/12/2020	R$ 86.173,43
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 203912 em 31/12/2020	R$ 0,00
1.6 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 171409 em 31/12/2019	R$ 145.579,10
1.2 Saldo nas contas anteriores a 171409 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 0,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 718,22
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 171409	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 146.297,32
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R$ 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 0,00
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 146.297,31
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 171409 em 31/12/2020	R$ 146.297,31
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 171409 em 31/12/2020	R$ 0,00

1.7 Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 203904 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.2 Saldo nas contas anteriores a 203904 em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 55.200,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 55,66
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 203904	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 55.255,66
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito extraordinário, mediante Portaria nº 369/2020, no exercício de 2020	R$ 51.304,74
2.1.1 Com cofinanciamento de ações socioassistenciais visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19	R$ 51.304,74
2.1.2 Gastos com outras despesas não especificadas no item anterior	R$ 0,00
2.2 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 3.895,25
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 203904 em 31/12/2020	R$ 3.895,25
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 203904 em 31/12/2020	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

2. Bloco da Proteção Social Básica	
2.1 Bloco da Proteção Social Básica	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 17145X em 31/12/2019	R$ 308.153,07
1.2 Saldo nas contas anteriores a 17145X em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 221.919,76
1.3.1 Recursos repassados a crédito ordinário	R$ 103.119,76
1.3.2 Recursos repassados a título de crédito extraordinário (Recursos da Portaria MC nº 378/2020)	R$ 118.800,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 1.547,97
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 17145X	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 531.620,80
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R$ 221.855,63
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 221.855,63
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 0,00
2.2 Gastos dos recursos repassados a título de crédito extraordinário, mediante Portaria nº 378/2020, no exercício de 2020	R$ 118.800,00
2.2.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6º-E da LOAS e Resolução CNAS nº 17/2016) - Equipe de Referência	R$ 0,00
2.2.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.2.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas), pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.2.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.2.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos	R$ 0,00
2.2.6 Demais gastos vinculados a execução dos objetivos da Portaria nº 378/2020, não elencados nos itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5	R$ 118.800,00
2.3 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020	
3.1 Saldo financeiro total	R$ 386.558,17
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 17145X em 31/12/2020	R$ 386.558,17

Digitalizado com CamScanner

3.1.1.1 Saldo financeiro referente aos recursos da Portaria nº 378/2020	R$ 0,00
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 17145X em 31/12/2020	R$ 0,00

3. Bloco da Proteção Social Especial

3.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
1- RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
1.1 Saldo na conta corrente 18537X em 31/12/2019	R$ 283.349,95
1.2 Saldo nas contas anteriores a 18537X em 31/12/2019	R$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa (consideram-se os valores creditados na conta corrente no período de 01/01/2020 a 31/12/2020)	R$ 228.669,61
1.3.1 Recursos repassados a crédito ordinário	R$ 116.781,61
1.3.2 Recursos repassados a título de crédito extraordinário (Recursos da Portaria MC nº 378/2020)	R$ 111.888,00
1.4 Recursos auferidos no exercício de 2020 em decorrência da aplicação financeira das contas listadas anteriormente	R$ 33,70
1.5 Outros recursos depositados na conta corrente 18537X	R$ 0,00
1.6 Receitas totais para o exercício de 2020	R$ 512.053,26
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2020	
2.1 Gastos dos recursos repassados a título de crédito ordinário no exercício de 2020 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R$ 367.628,05
2.1.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6ºE da LOAS e Resolução CNAS 17/2016) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.1.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas)	R$ 0,00
2.1.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.1.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos, conforme Art. 4º e 5º da Portaria nº 2.601/2018	R$ 0,00
2.1.6 Demais gastos vinculados a execução dos serviços/programas não discriminados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5	R$ 367.628,05
2.2 Gastos dos recursos repassados a título de crédito extraordinário, mediante Portaria nº 378/2020, no exercício de 2020	R$ 111.888,00
2.2.1 Com pessoal concursado, valores pagos com RECURSOS FEDERAIS (Art. 6º-E da LOAS e Resolução CNAS nº 17/2016) - Equipe de Referência	R$ 0,00
2.2.2 Com pessoal contratado (pessoa física) para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.2.3 Com conservação, manutenção e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva aos serviços/programas), pagos com recursos federais	R$ 0,00
2.2.4 Valores pagos com recursos federais referentes a parcerias com Entidades e Organizações Sociais	R$ 0,00
2.2.5 Gastos na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículos	R$ 0,00
2.2.6 Demais gastos vinculados a execução dos objetivos da Portaria nº 378/2020, não elencados nos itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5	R$ 111.888,00
2.3 Valores das contas corrente vinculadas devolvidos a União, por meio de GRU, no exercício de 2020	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2020

3.1 Saldo financeiro total	R$ 316.470,48
3.1.1 Saldo financeiro na conta corrente 18537X em 31/12/2020	R$ 316.470,48
3.1.1.1 Saldo financeiro referente aos recursos da Portaria nº 378/2020	R$ 0,00
3.1.2 Saldo financeiro nas contas corrente anteriores à 18537X em 31/12/2020	R$ 0,00

III. Execução Física

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Bloco da Proteção Social Especial				
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC				
Piso Fixo de Média Complexidade	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	20		5
Bloco da Proteção Social Especial				
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes				
Piso de Alta Complexidade I	Crianças e Adolescentes	10		20
Programas e Projetos				
Programa Primeira Infância no SUAS				
Programa Criança Feliz	Indivíduos beneficiados	150		0
Bloco da Proteção Social Básica				
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)				
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	3500		13626
Bloco da Proteção Social Especial				
Serviço do PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias				
Piso Transição de Média Complexidade	Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	20		4
Bloco da Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	90		66
Bloco da Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	180		3734
Programas e Projetos				
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV				
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	45		0
Bloco da Proteção Social Especial				
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI				
Piso Fixo de Média Complexidade	Famílias e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	50		83

Digitalizado com CamScanner

IV. Resumo Executivo

Resumo das Informações preenchidas na sessão Execução Financeira

1- TOTAL DAS RECEITAS FEDERAIS	
1.1 RECEITAS TOTAIS DE SERVIÇOS	R$ 812.986,06
1.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 412.820,80
1.1.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 412.820,80
1.1.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 400.165,26
1.1.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 400.165,26
1.2 RECEITAS TOTAIS DE PROGRAMAS	R$ 188.288,19
1.2.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 188.288,19
1.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R$ 14,55
1.2.1.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R$ 146.297,32
1.2.1.3 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	R$ 40.396,23
1.2.1.4 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R$ 1.580,09
1.3 RECEITAS TOTAIS DECORRENTES DA PORTARIA Nº 369/2020	R$ 156.199,54
1.3.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 156.199,54
1.3.1.1 Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369	R$ 55.255,66
1.3.1.2 Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369	R$ 100.943,88
1.4 RECEITAS TOTAIS DECORRENTES DA PORTARIA Nº 378/2020	R$ 230.688,00
1.4.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 118.800,00
1.4.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 118.800,00
1.4.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 111.888,00
1.4.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 111.888,00
1.6 RECEITAS TOTAIS DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - SIGTV A TÍTULO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO (CUSTEIO)	R$ 200.089,77
1.6.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 200.089,77
1.6.1.1 SIGTV ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	R$ 200.089,77
2- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS	
2.1 DESPESAS TOTAIS DE SERVIÇOS	R$ 589.483,68
2.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 221.855,63
2.1.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 221.855,63
2.1.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 367.628,05
2.1.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 367.628,05
2.2 DESPESAS TOTAIS DE PROGRAMAS	R$ 0,00
2.2.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 0,00
2.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R$ 0,00
2.2.1.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R$ 0,00
2.2.1.3 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	R$ 0,00
2.2.1.4 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R$ 0,00
2.3 DESPESAS TOTAIS DECORRENTES DA PORTARIA Nº	R$ 66.075,19

Digitalizado com CamScanner

2.3.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 66.075,19
2.3.1.1 Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369	R$ 51.304,74
2.3.1.2 Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369	R$ 14.770,45
2.4 DESPESAS TOTAIS DECORRENTES DA PORTARIA Nº	R$ 230.688,00
2.4.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 118.800,00
2.4.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 118.800,00
2.4.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 111.888,00
2.4.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 111.888,00
2.6 DESPESAS TOTAIS DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - SIGTV - À TÍTULO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO (CUSTEIO)	R$ 0,00
2.6.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 0,00
2.6.1.1 SIGTV ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	R$ 0,00
3- SALDOS TOTAIS DOS RECURSOS FEDERAIS EM 31/12/2020	
3.1 SALDO TOTAL DOS SERVIÇOS	R$ 703.028,65
3.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 386.558,17
3.1.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 386.558,17
3.1.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 316.470,48
3.1.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 316.470,48
3.2 SALDO TOTAL DOS PROGRAMAS	R$ 188.288,17
3.2.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 188.288,17
3.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R$ 14,55
3.2.1.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R$ 146.297,31
3.2.1.3 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	R$ 40.396,22
3.2.1.4 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R$ 1.580,09
3.3 SALDO TOTAL DOS RECURSOS DA PORTARIA Nº 369/2020	R$ 90.068,68
3.3.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 90.068,68
3.3.1.1 Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369	R$ 3.895,25
3.3.1.2 Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369	R$ 86.173,43
3.4 SALDO TOTAL DOS RECURSOS DA PORTARIA Nº 378/2020	R$ 0,00
3.4.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 0,00
3.4.1.1 Bloco da Proteção Social Básica	R$ 0,00
3.4.2 Bloco da Proteção Social Especial	R$ 0,00
3.4.2.1 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R$ 0,00
3.6 SALDO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - SIGTV - À TÍTULO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO (CUSTEIO)	R$ 200.089,77
3.6.1 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo	R$ 200.089,77
3.6.1.1 SIGTV ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	R$ 200.089,77
4- DO COFINANCIAMENTO	
4.1 RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS EXECUTADOS NOS SERVIÇOS/PROGRAMAS	R$ 0,00
4.1.1 EXECUTADOS COM ATIVIDADES FINALISTICAS DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS	R$ 0,00
4.1.2 EXECUTADO COM O ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE	R$ 0,00

Digitalizado com CamScanner

ASSISTÊNCIA SOCIAL 4.2 RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	R$ 155.177,10

V. COMENTÁRIO DO GESTOR	
A equipe técnica do departamento financeiro se esmerou na busca dos números necessários para que esta prestação de contas fosse possível, analisando todas as conciliações e extratos bancários. Através do trabalho supracitado a equipe técnica do departamento financeiro detectou, no que diz respeito aos documentos comprobatórios da execução dos recursos utilizados no ano de 2020 que faltam alguns desses documentos, no entanto constam suas respectivas comprovações nos extratos das contas e conciliações bancárias. Cabe salientar que sobre a informação de falta de documentos citada existe um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 13198/2021 aberto que discorre sobre o tema.	
DECLARAÇÃO	**AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA**
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R:10.222.10.134 X1:168.228.16.28 02179522754 202205101124 4575704

Digitalizado com CamScanner

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER

EDITAL Nº 1.19 DE 23 DE MAIO DE 2022 – 11ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER DE MANGARATIBA,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR, para apresentação de documentos complementares e assinatura de contrato, os classificados no Processo Seletivo Simplificado realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer de Mangaratiba, através do Edital nº 01/22 de 06 de janeiro de 2022, conforme relação abaixo, na data e local discriminado abaixo:

DIAS 26 DE MAIO (QUINTA-FEIRA)
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER
ENDEREÇO: AVENIDA VEREADOR CÉLIO LOPES, 213, CENTRO – MANGARATIBA

HORÁRIO: DE 8:30H ÀS 15:30H

PROFESSOR I - MATEMÁTICA		
CLASS.	**INSC.**	**NOME**
17	16670	DRIELE COUPER DA SILVA MARTINS

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO FÍSICA		
CLASS.	**INSC.**	**NOME**
53	18030	ANA CAROLINA DE FREITAS RAMOS

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos complementares (original e 02 cópias):

- Documento comprobatório de formação exigida para o cargo
- Original e cópia legível do documento de identidade e do CPF;
- Original e cópia legível do título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

- Original e cópia legível de certificado de reservista, caso seja do sexo masculino;
- Informar o número do PIS/PASEP;
- Original e cópia legível de certidão de nascimento ou casamento;
- Original e cópia legível de comprovante de residência recente;
- Original e cópia legível da Carteira de Trabalho
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes;
- Firmar declaração de próprio punho declarando que não está cumprindo ou cumpriu qualquer sanção por idoneidade, aplicada por órgão público da esfera federal, estadual ou municipal;
- Firmar declaração de que não acumula função pública de acordo com a Constituição Federal de 1988.
- Atestado de aptidão física e mental;
- Certidão negativa do IFP: http://atestadodic.detran.rj.gov.br/
- Comprovante de situação cadastral: https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp;
- Certidão negativa da Justiça Federal: www.jfrj.jus.br
- Certidão negativa da Justiça Eleitoral (crimes eleitorais): www.tse.jus.br
- Certidão negativa da Justiça Militar da União: www.stm.jus.br
- Certidão negativa do Distribuidor da Comarca onde reside (será aceito também o protocolo).

O candidato que não trouxer a documentação no ato da contratação será excluído, conforme item 16.2 do Edital nº 01 de 06 de janeiro de 2022.

Mangaratiba, 23 de maio de 2022.

Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer
Matrícula 1596

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

Data: 28/04/2022

NOTIFICAÇÃO

Nº 064-CA/2022

RAZÃO SOCIAL/NOME: NILSON RODRIGUES ALVES
ENDEREÇO: FAZENDA BATATAL, LT. 04 DO TERRENO DESMEMBRADO DE MAIOR PORÇÃO DO LOTE 09, BATATAL, INGAÍBA, MANGARATIBA/RJ.
CORRESP.: RUA MANUEL GONÇALVES DAS NEVES, Nº 10, EL RANCHITO, MANGARATIBA/RJ.
CNPJ/CPF: 082.151.177-75 — **PROCESSO:** 5.124/2020

A pessoa acima mencionada fica notificada por esta Secretaria a cumprir e atender o que abaixo se solicita.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

CONSIDERANDO as atribuições da Constituição Federal de 1988, arts. 23, 30 e 225;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Federal n° 9.605/98;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Complementar nº 140/11;
CONSIDERANDO as atribuições do Decreto Federal n° 6.514/08;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 1.209/19, art. 236, §2º;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 827/12, art. 22, §5º
CONSIDERANDO o Anexo I desta notificação.
CONSIDERANDO O AUTO DE ADVERTÊNCIA Nº 006-CA/2020, CONSTANTE DE FL. 28;
CONSIDERANDO O RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA Nº 015/2022, CONSTANTE DE FLS. 45/48;
CONSIDERANDO O DESPACHO JURÍDICO (QUE SEGUE), CONSTANTE DE FL. 49, FICA A PESSOA ACIMA NOTIFICADA:

- **DA REITERAÇÃO DO SEGUNDO ITEM DO AUTO DE ADVERTÊNCIA Nº 006-CA/2020 (SOBRE A NECESSIDADE DE CELEBRAR TERMO DE MEDIDA COMPENSATÓRIA), NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS CORRIDOS, SOB PENA DA INFRAÇÃO DO ART. 236, §2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.209/2019.**

CAMILA C. B. DA CONCEIÇÃO – COORDENADORA – PORTARIA 0132/2021

A INOBSERVÂNCIA OU DESOBEDIÊNCIA À PRESENTE NOTIFICAÇÃO IMPLICARÁ NAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 9.605/98, DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08, ASSIM COMO NOS ARTIGOS 154, 235, 240, 241 E 242 DA LEI MUNICIPAL 1.209/19, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

VIA01

NOME:
ASSINATURA:
DOC. IDENTIFICAÇÃO:
CARGO:
DATA: / / HORA: ;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

Data: 12/05/2022

NOTIFICAÇÃO

Nº 067-CA/2022

RAZÃO SOCIAL/NOME: BRUNO FREITA VIEIRA	
ENDEREÇO: ANTIGA RUA B, S/Nº (PRÓXIMO À LINHA FÉRREA), PRAIA GRANDE, MANGARATIBA/RJ.	
CORRESP.: RUA CANÁPOLIS , Nº 27, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO/RJ. CEP.: 23085-560	
CNPJ/CPF: 054.859.207-13	**PROCESSO:** 13.529/2021

A pessoa física acima mencionada fica notificada por esta Secretaria a cumprir e atender o que abaixo se solicita.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

CONSIDERANDO as atribuições da Constituição Federal de 1988, arts. 23, 30 e 225;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Federal n° 9.605/98;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Complementar nº 140/11;
CONSIDERANDO as atribuições do Decreto Federal n° 6.514/08;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 1.209/19, arts. 154, §2º; 174, §§3º e 4º;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 827/12, art. 22, §5º;
CONSIDERANDO o Anexo I desta notificação.

CONSIDERANDO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 020-CA/2022, CONSTANTE DE FL. 24;
CONSIDERANDO O DESPACHO DE TRÂNSITO EM JULGADO (QUE SEGUE), CONSTANTE DE FL. 28;
CONSIDERANDO O DESPACHO JURÍDICO (QUE SEGUE), CONSTANTE DE FL. 29 - TODOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.539/2021 - FICA A PESSOA ACIMA NOTIFICADA:

1. **DO DESPACHO DE TRÂNSITO EM JULGADO DE FL. 28;**
2. **DA NECESSIDADE DE, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, COMPARECER A ESTA SECRETARIA PARA, ESPONTANEAMENTE, CELEBRAR TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL, PARA EVENTUAL REDUÇÃO E CONVERSÃO DAS INFRAÇÕES, NA FORMA DOS ARTS. 154, §2º E 174, §4º, AMBOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.209/2019, SOB PENA DE REMESSA À DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL.**

CAMILA C. B. DA CONCEIÇÃO – COORDENADORA – PORTARIA 0132/2021

A INOBSERVÂNCIA OU DESOBEDIÊNCIA À PRESENTE NOTIFICAÇÃO IMPLICARÁ NAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 9.605/98, DECRETO FEDERAL N° 6.514/08, ASSIM COMO NOS ARTIGOS 154, 235, 240, 241 E 242 DA LEI MUNICIPAL 1.209/19, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

NOME:
ASSINATURA:
DOC. IDENTIFICAÇÃO:
CARGO:
DATA: / / HORA: ;

VIA01

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

Data: 26/04/2022

AUTO DE ADVERTÊNCIA

Nº 013-CA/2022

RAZÃO SOCIAL/NOME: NORTON MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI	
ENDEREÇO: RUA JOÃO BERMUDES DE CASTRO, Nº 55, ITACURUÇA, MANGARATIBA/RJ.	
CORRESP.: RUA JOÃO BERMUDES DE CASTRO S/N, LT 162, GL 04, ITACURUÇA, MANGARATIBA/RJ.	
CNPJ/CPF: 39.327.363/0001-71	**PROCESSO:** 13.957/2021.

A pessoa jurídica acima mencionada está advertida por esta Secretaria a cumprir e atender o que abaixo se solicita.

TEOR DA ADVERTÊNCIA

CONSIDERANDO as atribuições da Constituição Federal de 1988, arts. 23, 30 e 225;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Federal n° 9.605/98;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Complementar nº 140/11;
CONSIDERANDO as atribuições do Decreto Federal n° 6.514/08;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 827/12, art. 22, §5º;
CONSIDERANDO as atribuições da Lei Municipal nº 1.209/19, arts. 154, I; 235;
CONSIDERANDO o Anexo I deste Auto de Advertência.
CONSIDERANDO O AUTO DE NOTIFICAÇÃO Nº 464-SL/2022, CONSTANTE DE FL. 13;
CONSIDERANDO O DESPACHO JURÍDICO (QUE SEGUE), FICA A PESSOA JURÍDICA ACIMA ADVERTIDA:

- **PARA QUE CUMPRA A NOTIFICAÇÃO Nº464-SL/2021 (E REITERAÇÕES Nº 004-SL/2022 E Nº 074-SL/2022), NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS, SOB PENA DE INFRAÇÃO PECUNIÁRIA DO ART. 235 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.209/2019.**

Fernanda Garcia Porto
Subsecretária de Meio Ambiente
Cad. 73465

FERNANDA PORTO --- SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE --- PORTARIA: 0092/2021

A INOBSERVÂNCIA OU DESOBEDIÊNCIA À PRESENTE NOTIFICAÇÃO IMPLICARÁ NAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 9.605/98, DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08, ASSIM COMO NOS ARTIGOS 154, 235, 240, 241 E 242 DA LEI MUNICIPAL 1.209/19, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

VIA 01

NOME:
ASSINATURA:
DOC. IDENTIFICAÇÃO:
CARGO:
DATA: / / HORA: ;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Departamento Administrativo

Prefeitura MANGARATIBA Cuidando da nossa Cidade

OFÍCIO Nº813/ADMINISTRAÇÃO/SMASDH/PMM/2022.

Em cumprimento à **Lei Complementar Nº059, de 27 de maio de 2021,** que trata da *alteração do Art. Nº 46, acrescenta parágrafos e revoga o Art. Nº 47 da Lei Complementar Nº 041, de 31 de janeiro de 2017 e dá outras providências*, e considerando o *§ 1º e § 2º* do referido *Art.º 46* da Supracitada Lei, **torna-se público**, para os devidos efeitos legais, o nome do **servidor/subsecretário designado** como responsável pelas respectivas assinaturas na ausência do Secretário Geral desta Pasta;

Nome	Cargo	Matrícula/Código
Adriana Santos Dahan	Subsecretária Municipal de Assistência Social	77211

Atenciosamente,

Adriana Santos Dahan
Subsecretária Municipal de Assistência Social

Adriana Santos Dahan
Subsecretária de Assistência Social
SMSDH - Mat.: 77211

Eduardo Ferreira Jordão
Secretário de Assist. Social
e Direitos Humanos
Mat. 77355

Eduardo Ferreira Jordão
Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Rua Coronel Moreira da Silva n.º 91, Centro – Mangaratiba - RJ
CEP:23860-000 - Tel.: (21) 2789-6014
acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br

Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 Município de Mangaratiba

2022

SUMÁRIO

.....1

1.IDENTIFICAÇÃO 3
1.2- ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 3
1.3- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....3
1.4- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 4
2.INTRODUÇÃO 6
2.1- HISTÓRICO DA POLÍTICA DEASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO 10
3- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....16
4.DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS.....56
5. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS.....61
6. RECURSOS MATERIAIS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS 89
7. ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO 90
8.RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS PARA AS PROTEÇÕES.....90
9. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO - Previsão Orçamentária 2022 ..91
10.ESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS 96
11.MECANISMO E FONTE DE FINANCIAMENTO 96
12.INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 98
_ DELIBERAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

1.IDENTIFICAÇÃO

Município: Mangaratiba
Estado: Rio de Janeiro
Nome do órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Nível de Gestão: Plena
Porte do Município conforme Ministério da Cidadania: Pequeno Porte II

1.1- PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA

Nome: **Alan Campos**

Mandato do Prefeito:

Início: **01/01/2021** Término: **01/01/2024**

Endereço da Prefeitura: **Praça Robert Simões, nº 92- Centro - CEP: 23860-000**

E-mail: **gabinete@mangaratiba.rj.gov.br**

Site/mídias sociais: **https://mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/**

1.2- ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Lei do SUAS: **1.278** Data da publicação: **10/03/2020**

Nome do Órgão Gestor: **Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**

Responsável Gestor(a): **Eduardo Ferreira Jordão**

Ato de Nomeação do(a) Gestor(a): **2021**

Data da nomeação: **01/01/2021**

Endereço: **Rua Coronel Moreira da Silva, n° 91-Centro-Mangaratiba**

Telefone: **2789-6000**

E-mail: **acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br**

Site/mídias sociais: **https://mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/**

1.3- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº da Lei que institui o Fundo**:** **109** Data da publicação: **04/06/1999**

Nº do Decreto que regulamenta o Fundo: **44** Data da publicação: **12/12/1997**

Nº do CNPJ do FMAS **17.507.464/0001-91**

Nome do gestor do FMAS: **Eduardo F. Jordão** Lotação: **SMASDH**

Nome do ordenador de despesas do FMAS: **Eduardo Ferreira Jordão**

1.4- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº da Lei de Criação: **Lei Nº 109** Data da publicação:**04/06/1999.**

Endereço do CMAS: Rua Coronel Moreira da Silva, n° 91-Centro

Telefone: **(21) 2789-6014/ (21)2789-6019**

E-mail/outras mídias: acaosocial@mangaratiba.rj.gov.br

Representação governamental, integrada pelos seguintes órgãos de Administração Pública:

Seguimento	Nome	Mandato
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: **Siomara de Andrade Silva** Suplente: **Diogo de Oliveira Gomes**	Início: 01/01/22 Término: 20/01/24
Secretaria Municipal de Educação	Titular: **Aparecida Abrahão da Silva** Suplente: **Michele Reis Ramos**	Início: 19/01/22 Término: 20/01/24
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	Titular: **Diego Martins Nascimento – Presidente** Suplente: **Shanna Alves dos Santos Ramos**	Início: 20/01/22 Término: 20/01/24

5

Representação da sociedade civil, integrada pelas entidades/profissional de área e usuário:

Seguimento	Nome	Mandato
Prestadores de Serviço	Titular: **Norma Braga de Sá** Suplente:	Início: 18/02/20 Término: 20/01/24
Usuários	Titular: **Antoninho Francisco Amora** Suplente:	Início: 17/02/22 Término: 20/01/24
Profissionais da Área	Titular: **Dalvirene Mendes** Suplente: **Simone da C Rodrigues**	Início: 17/02/22 Término: 20/01/24

1.5- EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMAS

Aldechele Couto – Diretora da Proteção Social Básica

Diego Martins Nascimento – Assistente Social – Diretor da Proteção Social Básica

Ioni Santos – Psicóloga – Diretora da Proteção Social Especial e Gestão do SUAS-Sistema Único de Assitência Social

Michelle Vieira de Souza - Assistente Social - Diretora da Proteção Social Especial e Educação Permanente

Leiliane Joaquim – Assistente Social – Vigilância Socioassistencial

Leonardo Luis - Assistente Social – Vigilância Socioassistencial

Julia Pinheiro-Administrativo

2.INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. O artigo constitucional 203 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

As regulações infraconstitucionais, desde 1993, quando foi aprovada a Lei Federal nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS têm cada vez mais sido aprimoradas. A LOAS estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira. Esta lei foi recentemente alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A PNAS institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, junto com as regulações que se caracterizam como seus desdobramentos, especialmente a Norma Operacional Básica, estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social. Esta concepção de proteção supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais das pessoas sujeitos de sua ação, bem como, os recursos necessários para afiançar segurança social. E, conhecendo os riscos, avaliar e propor as formas de enfrentá-los.

Neste sentido, essa política busca desenvolver três funções principais para assegurar sua prestação enquanto direito do cidadão e dever do Estado, incorporadas a LOAS a partir

do texto da nova "Lei do SUAS", quais sejam: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional. Desta forma, esta Política, nos termos da própria PNAS "configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo".

No tocante à proteção social, a PNAS estabelece que o campo de ação desta política deve garantir, quanto à segurança, o seguinte:

1) Segurança de rendimento, que implica na "garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego";

2) Segurança de acolhida, "opera como a provisão e necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade";

3) Segurança de convívio, que implica no resgate dos vínculos sociais considerando as dimensões multicultural, Inter geracional, Inter territorial, intersubjetivas, entre outras.

Para cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social passa a ser organizada da seguinte forma: Rede de Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam afiançadas.

A PNAS aponta que, marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, a quem cabe a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sob sua responsabilidade. Nesta direção, também a Política Municipal de Assistência Social - PMAS se volta com prioridade para o desenvolvimento, além da proteção social, das outras duas funções atribuídas a esta área de política púbica - a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

A vigilância se refere ao conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

A defesa social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção social básica e especial para a busca de condições de autonomia, resiliência e

sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização. A Lei do SUAS lhe atribui o papel de garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendido como um Sistema Descentralizado e Participativo, de acordo com a diretriz constitucional de descentralização político-administrativa, tem como objetivos integrar a rede pública e privada, estabelecendo a gestão integrada de serviços e benefícios; implementar a gestão do trabalho; afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia dos direitos, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Em relação à rede socioassistencial, o SUAS estabelece que esta se responsabilize pelas provisões vinculadas às proteções sociais básica e especial, seja diretamente por entes públicos, seja por entidades e organizações não governamentais referenciadas, e institui como equipamentos exclusivamente públicos estatais, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (dentre os quais o Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop), que devem desenvolver, respectivamente, o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

Deste modo e, tendo em vista que uma política descentralizada atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Salto do Jacuí amplie, estruture e qualifique sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional. Tal perspectiva requer a garantia de recursos orçamentários e financeiros, em escala crescente ano a ano, com vistas a assegurar investimentos em todos os campos, quais sejam: provisão de recursos humanos efetivos para a prestação dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política; garantia da manutenção dos serviços já existentes, cumprindo o caráter de continuidade das ofertas da assistência social; implantação de novos serviços de acordo com o diagnóstico social e dados da vigilância socioassistencial; construção de estruturas públicas adequadas para o funcionamento dos serviços e reforma das estruturas atuais onde funciona o CRAS, cumprindo as normativas legais relacionadas às condições de oferta dos mesmos; incremento dos materiais e equipamentos necessários às provisões desta política pública, a fim de

imprimir a marca da qualidade a essas ofertas; garantia de condições para o exercício do controle social, especialmente a manutenção do Conselho e a realização de Conferências Municipais da Assistência Social; publicação de materiais informativos e formativos sobre a Assistência Social, com a edição de periódicos e materiais gráficos sobre a área; além da manutenção dos recursos suficientes, ano a ano, para realizar o repasse para co-financiamento dos serviços complementares desta política prestados pela rede não governamental; dentre outras atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos a ela vinculados.

Para tanto, também ganha ênfase nesse processo, pela Lei 12.435/2011 e pela Norma Operacional Básica 2012, a gestão em sua dimensão mais ampla, ou seja, no tocante ao planejamento, monitoramento e avaliação, a vigilância socioassistencial e a gestão do trabalho. Um dos desafios que ganham destaque é o desenvolvimento da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, na esfera municipal, à luz do que disciplina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) - Resolução CNAS nº 1, de janeiro de 2007, que estabelece mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores, tanto para os serviços governamentais quanto para os prestadores (não governamentais) de serviços socioassistenciais, além da exigência de provimento de servidores públicos nas unidades, exclusivamente estatais, de proteção social básica e especial e na gestão.

O texto de apresentação da Política Municipal de Assistência Social - Lei nº 11.088/2011, diz que esta política tem a importante missão de assegurar a consolidação, no Município, das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar a ação, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. É nessa direção que o programa ora proposto deve caminhar, buscando qualificar, cada vez mais a gestão e a prestação dos serviços, com vistas ao desenvolvimento de seus usuários.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto o órgão gestor desta política, compete, regimentalmente, coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); cabe a ela viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito.

2.1- HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

No compromisso do Governo Municipal para com a Política de Assistência Social na cidade de Mangaratiba, ocorreu em 2006 onde os CAICAS foram transformados em CRAS e o antigo programa sentinela em CREAS atendendo se as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social.

O SUAS é consolidado no Município de Mangaratiba e as estruturas essenciais do Sistema já foram implantadas seguindo as legislações que permeiam esta política pública (Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Sistema Único de Assistência Social-SUAS, a NOB-RH e a NOB-SUAS atualizada).

A SMASDH assume a atribuição de executar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS como sistema articulador e provedor de ações de Proteção Social Básica e Especial de média e alta complexidade, afiançador de seguranças sociais, com monitoramento e avaliação de suas ações, processos e resultados, de modo a obter maior eficiência e eficácia nos investimentos públicos e efetividade no atendimento à população.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos tem por finalidade coordenar a definição e a implementação das Políticas Sociais no Município de forma integrada e intersetorial. A ela compete:

I - O combate às consequências geradas pela pobreza como a exclusão social, a garantia de acesso às políticas públicas essenciais para a vida como educação, saúde, cultura, esporte e lazer e o desenvolvimento de uma política de inclusão social das camadas mais pobres da população;

II - Promover a organização da rede de atendimento, execução de programas e projetos desenvolvidos pela SMAS/DH. Coordenar e implementar um sistema de supervisão, acompanhamento e avaliação das ações e da prestação de contas da rede pública e filantrópica da assistência social no Município, bem como a definição da relação com as entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados, conforme o PNAS/NOB/SUAS.

III - Promover e coordenar as ações político-administrativas com relação às esferas estadual e federal, o apoio às atividades relacionadas a ações

comunitárias, atuar na orientação e inclusão social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária;

IV - Elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento social;

V - Coordenar as estratégias de implementação de planos, programas e projetos de proteção social;

VI - Coordenar as atividades relativas a direitos humanos e cidadania;

VII - Coordenar as atividades da proteção social básica, da proteção social especial de média e alta complexidade.

VIII - Planejar, coordenar e executar programas e atividades de apoio à pessoa com deficiência, visando a sua reinserção na sociedade;

IX - Gerir os fundos municipais de Assistência Social;

X - Avaliar as ações das entidades sociais do Município, aprovando projetos e liberando recursos financeiros e humanos necessários à implementação das atividades das mesmas em parceria com as Instâncias de Controle Social;

XI - Execução dos demais serviços públicos Municipais que estejam compreendidos no seu âmbito de atuação.

A Secretaria tem ainda como atribuições a organização da rede de atendimento pública e privada de assistência social, execução de programas, projetos, benefícios e serviços, captação de recursos financeiros, proposição dos recursos humanos necessários e apoio a participação popular e controle social.

Competem ainda à mesma as ações político-administrativas com relação às esferas Estadual e Federal; o apoio às atividades relacionadas a ações comunitárias; atuação na orientação e recuperação social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária.

O município tem avançado como a implementação dos CRAS Intinerantes nos territórios como no Vale do Sahy e na Marambaia. Porém com limitações para a execução do mesmo na Ingaíba e no Sertão da Serra do Piloto.

2.2- POLÍTICA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL:

A pasta está em fase de implentação e organização administrativa para a execução de ações mais concretas para além das ações voltadas aos conselhos municipais.

O passo inicial se deu em 2019, o município avançou na implementação do Centro de Referência Especializado de Atendimento a Mulher – CREAM, bem como a aprovação de lei municipal aprovada pela Câmara municipal em 2020 através da Lei de n°1375 de 7 de outubro de 2021, com a contra partida financeira do município.

A subsecretaria de Envelhecimento Saudável e terceira idade foi instituída por decreto n° 4.418 de 25/01/2021, vista tamém com um avanço municipal no atendimento a pessoa idosa.

2.3- CONTROLE SOCIAL:

O funcionamento do Conselho de Assistência Social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 [art. 204] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.

Assim, como forma de efetivar essa participação, foi instituída pela Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu artigo 16 que, as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil são: os Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mangaratiba (CMAS), criado pela **Lei Nº 109 de 04/06/1999**, é um órgão colegiado de caráter permanente e de funções deliberativas e fiscalizadoras.

São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

- Exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal; (Lei 8.742, de 1993 –LOAS, art.30, inciso II).

- Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política estadual de assistência social na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferências de assistência social; (Lei 8.742, de 1993 – LOAS, art.18, inciso I; NOB/SUAS, item 4.3, Resolução CNAS 237, de 2006, art. 3°, inciso II).

- Acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social; (NOB/SUAS, item 4.3).

- Aprovar o Plano municipal de assistência social e suas adequações; (NOB/SUAS).

- Zelar pela implementação e pela efetivação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos de representação dos Conselhos; (NOB/SUAS, item 4.3 Resolução CNAS 237, de 2006, art.3° inciso VIII).

- Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desenvolvimento dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de assistência social; (Resolução CNAS 237, de 2006, art. 3°, inciso V).

- Regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da política estadual de assistência social, as proposições da conferência municipal de assistência social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços; (NOB/SUAS, item 4.3 Resolução CNAS 237, de 2006, art.3° inciso VI).

- Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social; (NOB/SUAS, item 4.3 Resolução CNAS 237, de 2006, art.3° inciso IX).

- Aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos; (NOB/SUAS).

- Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS); (Resolução CNAS 237, de 2006, art 3°, inciso VII).

- Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados no LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento; (Resolução CNAS 237, de 2006, art.3º, inciso X).

- Propor ao CNAS o cancelamento de registro das entidades e organizações de assistência que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no artigo 4° da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos; (Lei 8.742, de 1993 – LOAS, art. 36; NOB /SUAS).

- Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da assistência social; (NOB/SUAS).

- Aprovar o Relatório Anual de gestão; (NOB/SUAS).

- Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no âmbito municipal; (Lei 8.742, de 1993 – LOAS, art.9º, §2º; Lei 10.741, de 2003, art.52; NOB/SUAS, item 4.3; Decreto 2.536, de 1998, art.3° inciso II, Resolução CNAS 237, de 2006, art.3º, inciso XII.

- Informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para a adoção das medidas cabíveis; (Resolução CNAS 237, de 2006, art.3º, inciso XIII).

- Regulamentar a concessão e o valor dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); (Lei 8.742, de 1993 – LOAS, art. 15; ° inciso I, e 22, § 1°; Decreto 6.307, de 2007, art.1°, §2°).

- Definir os programas de assistência social (ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais), obedecendo aos objetivos e aos princípios estabelecidos na Lei 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social; (Lei 8.742, de 1993 – LOAS, art. 24§1º).

- Incorporar as funções de vigilância social e de defesa dos direitos socioassistenciais, ou seja, a política de assistência social deve agir de maneira a evitar o agravamento das situações de vulnerabilidade e deve garantir que os cidadãos tenham locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados. (PNAS 2004, Resolução 130 do CNAS).

- Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais; (Resolução CNAS 237, de 2006, art.3º, inciso XV).

- Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais; (Lei 8.742; de 1993 – LOAS, art.17, §1º inciso II, e art. 31; Resolução CNAS 237, de 2006, art.3º, inciso XVI).

- Elaborar e publicar seu regimento interno. (Lei 8.742, de 1993 - LOAS, art.18, inciso XIII; NOB/SUAS/2012, item 4.3, Resolução CNAS 237, de 2006, art.3°, inciso I).

O Conselho Municipal de Assistência Social assim como os demais conselhos vinculados à SMASDH se reúnem na sala de reunião dos Conselhos, espaço com estrutura

para o desempenho autônomo de suas atividades. Tais como: o conselho da Mulher (CMM), Conselho da Pessoa com Deficiência (COMPED), Conselho do Idoso (CMI), Conselho da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho da Igualdade Racial (CMIR) e o Conselho de Assistência Social (CMAS).

As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, conforme cronograma anual. Para organização e articulação de suas ações, existe uma Secretária Executiva, com 04 funcionário à disposição dos conselheiros, um dos avanços fora o aumento no quadro da equipe com a assessoria técnica de um assistente social e um assossar jurídica.

A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Sendo assim, a SMASDH apoia e fomenta a criação de conselhos específicos a cada política pública, como forma de empoderamento de todos os seguimentos sociais

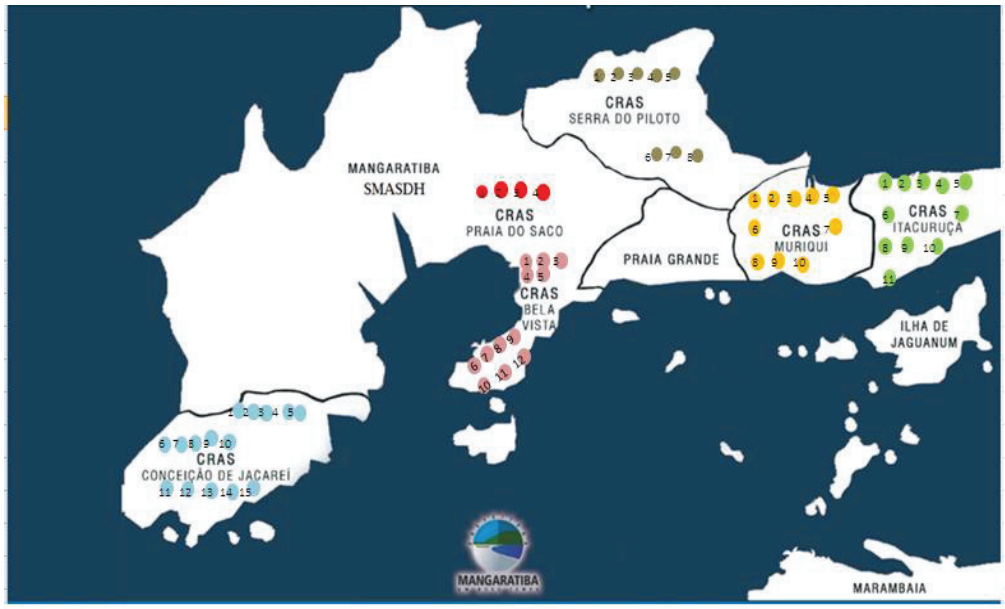
Conselho	Membros
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Lei n° 690 de 14/05/2010	12 membros 06 Governamentais 06 sociedade civil
- Conselho Municipal dos direitos da pessoa Idosa - CMPI Lei n° 253 de 19/01/2001	12 membros 06 Governamentais 06 Sociedade civil
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED Lei n°876 de 05/08/2013	12 membros 04 Governamentais 08 sociedade civil
- Conselho dos Direitos da Mulher do Municipio de Mangaratiba - COMM Lei n°1016 de 12/08/2016	12 membros 06 Governamentais 06 sociedade civil
- Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR Lei n°1374 DE 07/10/2021	12 membros 06 Governamentais 06 sociedade civil

3- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O presente plano de gestão é uma ferramenta direcionada para apontar diretrizes para a execução dos serviços socioassistenciais e informar os serviços prestados no âmbito municipal durante o período anterior. Este documento deve conter as informações referentes à execução dos serviçossocioassistenciais dentro das suas específicas proteções sociais, a defesa socioinstitucional e a vigilância socioassistencial.

Construído pelo órgão gestor e sua equipe técnica e apreciada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para elaboração de parecer, visando transparecer todas ações da Secretaria municipal de assistência. O Plano em questão vem com o objetivo de agregar informações pertinentes quanto à implementação das ações e serviços produzidos por níveis de proteção social básica, especial, controle social, concessão de benefícios, transferência de renda, além de informações sobre os equipamentos e a rede socioassistencial.

A SMASDH- Mangaratiba, parte como compromisso a promoção o caráter público da seguridade social, estabelecido na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). A sua prerrogativa ou função central é o atendimento à toda população em situação de vulnerabilidade, através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como sistema intermediador e provedor de ações de proteção social básica e especial.



histórias de vida dos lugares, e das famílias presentes nestes territórios. Trata-se de duas formas de ler a realidade que são complementares etapas do diagnóstico descritas no plano fontes descrição breve da realidade do município IBGE, DATASUS, MTE, DADOS MUNICIPAIS, etc. Identificar o público das ofertas do Suas IBGE, CADÚnico, RMA, SISC, registros administrativos. Análise dos serviços, programas e benefícios Vigilância, órgão gestor municipal. Identificação e breve análise das políticas setoriais registros internos do município análise da cobertura (oferta x demanda) dados e análises o diagnóstico. Análise e descrição das ofertas realizadas por entidades socioassistenciais.

3.1- REALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO.

Temos como objetivo apresentar dados e informações sobre a caracterização demográfica e socioeconômica do município de Mangaratiba, que subsidiem o planejamento das ações da política de assistência social para os próximos 4 anos e que considere as características e potencialidades locais. Para tal, a coleta de dados se concentrou em dados produzidos pelas equipes e fontes do Ministério da Cidadania (RMA, CECAD), IBGE, Defesa Cívil, SINAN-vigilância epidemiológica local e instrumentos criados pela vigilância socioassistencial-Mangaratiba para produzir indicadores que possibilitem a construção de um panorama acerca dos fatores sociais e fatores de vulnerabilidade e risco relacionados aos objetivos de atuação da política de assistência social.

Para avançar na consolidação do Sistema Único de Assistência Social, de forma que esse seja capaz de garantir a proteção social a todos os cidadãos brasileiros e contribuir para a redução das desigualdades sociais, é fundamental o conhecimento acerca das formas de organização e da dinâmica dos territórios, assim como sobre as necessidades de sua população (Brasil, 2013). Conforme disposto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), “tendo a Política de Assistência Social assumido a centralidade sociofamiliar no âmbito de suas ações, cabe reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associadas aos processos de exclusão/inclusão social, vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil, em seus diferentes territórios” (Brasil, 2004, p. 16).

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Mangaratiba são a pesca, agricultura. O setor secundário é composto pelo turismo, e prestação de serviços a prefeitura municipal de Mangaratiba.

Apesar de Mangaratiba localizar-se entre Angra e Itaguaí, essas condições não favorecem o seu desenvolvimento social e econômico. Os dados a respeito da situação de vulnerabilidade social, disponibilizados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

apontam para índices que carecem de atenção e ações do poder público. A desigualdade de renda dos brasileiros atingiu o maior patamar já registrado no primeiro trimestre de 2019.

A Secretaria Municipal de Assistência social e Direitos Humanos – SMASDH de Mangaratiba integra a gestão descentralizada e participativa do SUAS – Sistema Único da Assistência Social, apoia e articula ações que primam pela integração e sustentabilidade; operacionaliza serviços de proteção social básica e especializada, com a finalidade de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as ações da Política da Assistência Social numa perspectiva de enfrentamento e erradicação da pobreza, bem como o fomento e o desenvolvimento social da população, por meio de ações de Proteção de grupos vulneráveis visando a garantia de direitos. Nesse sentido, considera-se a realidade do município e suas diversidades sócio-econômicas e culturais, a partir do resgate da história local, que favoreça propor um plano plurianual da assistência social coerente com as demandas e as necessidades da população e de possível execução.

3.2- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E TERRITORIAIS

A cidade possui 102 habitantes por quilômetro quadrado, com abrangência territorial de 356,408 km², população aproximada de 41 mil habitantes, localizada na Baia de Sepetiba. Possui condomínios, hotéis e resorts, que movimenta áreas náuticas e veranistas, como uma das principais fontes de renda local, contendo inúmeras ilhas e uma belíssima história urbana e rural que consolida o turismo.

A principal via de acesso utilizada para chegar a região da costa verde (Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty) é a rodovia Rio Santos BR-101, Segundo Censo de 2010, a população residente era de 36.456 habitantes, com 17.962 homens 49,3% e 18.494 mulheres 50,7%, população urbana de 32.120 pessoas 88,1%, rural 4.336 pessoas 11,9%.

Mangaratiba tinha o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 0,753 considerado alto.

Gentílico: mangaratibano, dividida em 6 distritos: como Itacuruça, Centro, Praia Grande, Muriqui, Conceição de Jacareí, Serra do Piloto.

O crescimento da população, no entanto, apresentou transformações na sua composição ao longo dos últimos anos, acompanhando a tendência de envelhecimento.

A análise dos aspectos socioeconômicos complementarmente aos aspectos demográficos é fundamental para a compreensão global do município e os desafios que precisam ser enfrentados no tocante ao acesso ao trabalho, à erradicação da pobreza, à

distribuição de renda e à melhoria das condições de vida da população por meio das ações do Município, e da implementação das Políticas Públicas.

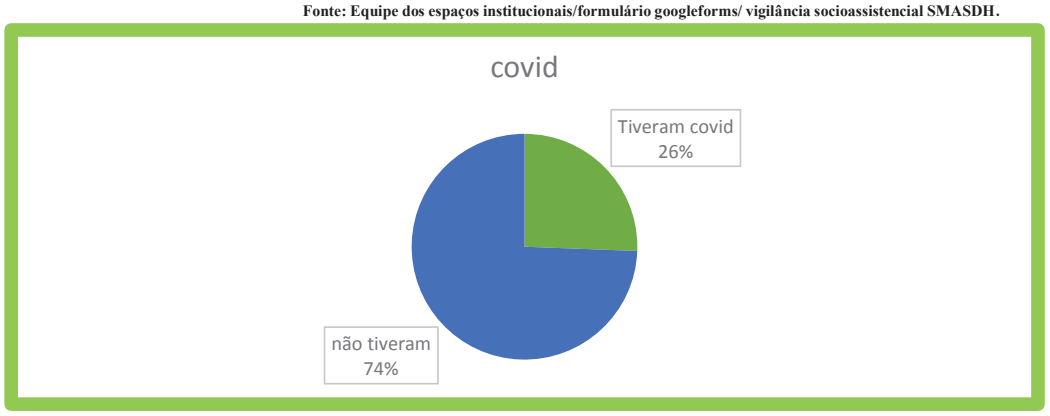
3.3- O SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Os últimos dois anos o mundo vivenciou uma crise pandêmica, tendo seu início em março de 2020, no primeiro momento nos voltamos para o cadastro único da cidade, visualizar e dar atenção para as famílias inseridas no cadastro único. Elaboramos em conjunto com proteção social básica e proteção social especial e o plano de contingências do município, plano de calamidade, plano de retomada pós covid que foi devidamente aprovado, e consta ações da Assistência Social, que visa a proteção dos trabalhadores do suas, bem como dos usuários frente ao covid. No segundo momento direcionamos a atuação para mapear os casos e violações que ocorreram dentro do município no período da pandemia, através de uma articulação entre Vigilância epidemiológica, Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Abrigo, CREAM e o Programa de Saúde do Idoso, que em parceria fez a contra referência de idosos acamados no município, e posteriormente nos disponibilizou listagem completa para intervenções domiciliares.

Os profissionais da Assistência Social, que compõe o tripé da seguridade social nesse momento estavam na linha de frente de atuação, os espaços permaneceram abertos com escalas reduzidas, porém no município não foram incluídos como prioridade para receber a imunização, só sendo liberado para os trabalhadores em março de 2021 bem como o recebimento de salários que por vários meses foi priorizado aos profissionais de saúde.

Realizamos pesquisa com os profissionais dos CRAS, CREAS, ABRIGO, CECAP, CREAM afim de quantificar quantos profissionais tiveram covid

Fonte: Equipe dos espaços institucionais/formulário googleforms/ vigilância socioassistencial SMASDH.



No total de cento e vinte sete pesquisados , trinta e dois contraíram covid destes identificamos que o centro de Mangaratiba com o CREAS e Parque Bela vista e Muriqui foram os que apresentaram o maior quantitativo.

Fomos nos debruçar nos territórios que são espaços vivos e mutáveis para identificarmos as vulnerabilidades e riscos que incidem sobre as famílias e quais eventos de violações de direitos em determinados nestes territórios.

Realizamos oficina virtual, apontando o público prioritário e principais demandas do território. Criação de um instrumental de levantamento de dados dos atendimentos mensais, similar ao RMA (Registro Mensal de Atendimentos), porém mais completo e que compreende melhor os encaminhamentos bem como a toda a rede socioassistencial do município.

Através deste levantamento foi criado o diagnóstico socioterritorial do CRAS que compreende os dados compilados de atendimento de todo o ano de 2021, identificação da concentração de idosos que estão dentro dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS; Elaboração de instrumental com respostas abertas, para construção do Mapa falante, com os coordenadores e técnicos dos equipamentos com objetivo de elencar os pontos fortes e fracos dos territórios que atuam, bem como as prioridades de atuação para os próximos anos.

Foram elencas como prioridades a serem enfrentadas dentro do instrumental como desproteção social: Áreas de risco eminente de desmoronamento e ou alagamentos,alto índice de desemprego,falta de escolaridades principalmente de mulheres,dependencia química, falta de areas de lazer, esporte,cultura nas aréas de maior índice devulnerabilidade,falta de transporte público,dificuldade de acesso as redes sociais e a concretização do diagnóstico com dados e dos distritos a fim de estruturar as ações do SUAS. As desproteçoes elencadas se referem as aréas de Segurança Pública, Assistência Social, Esporte e Lazer, Habitação e Trabalho e Renda.

No que se refere a Assistência Social e Direitos Humanos,os itens mais elencados foram: falta de recursos materias (carro, telefone, impressora, computador, transporte, ausência de embarcação, materiais pedagógicos, benefício eventual em forma de pecunia, aumento da polulação em situação de rua, falta de acessibilidade, Recursos Humanos qualificados, aumento do público masculino nos espaços,migração de pessoas para o município, falta de sistema informatizado próprio de registro de dados de prontuário.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo, que reuniu dados coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os trabalhadores da Política Municipal de Assistência Social. Um dos resultados deste estudo foi a constatação de que o serviço de vigilância socioassistencial em virtude da implementação de ações fundamentais para sistematização de indicadores municipais, apesar do reconhecimento dos inúmeros desafios ainda pendentes para sua efetivação, dentre os quais se destacam: a superação das precárias condições de funcionamento deste serviço e do imediatismo profissional que persiste na rotina dos serviços tem conseguido se efetivar.

A vigilância socioassistencial tem atuado em conjunto com os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, especialmente, em virtude das precárias condições de funcionamento deste serviço, no que diz respeito à composição de sua equipe técnica. Em parte, esta situação se deve à incipiente inserção deste setor no cenário da Política de Assistência Social, cuja implantação vem sendo processual e concomitante à produção teórica de orientações aos municípios, deixando margem a dúvidas quanto a sua estruturação. Mangaratiba por exemplo, no que se refere a sua equipe técnica, a gestão da Política Municipal de Assistência Social sequer nomeou o Diretor para o setor, dispondo atualmente de dois técnicos de nível superior, com formação em serviço social. Coube a este setor, nestes dois anos de experiência, uma articulação de proximidade com a gestão da política e com a rede socioassistencial, de modo a apresentar resultados que justificassem sua existência, não meramente formal na estrutura organizacional, mas na rotina da Política Municipal de Assistência Social (PMAS).

Esta proximidade à rede das proteções sociais, básica e especial, de fato influenciou na compreensão da vigilância socioassistencial enquanto setor a elas vinculado. Identificamos na experiência da vigilância socioassistencial no município de Mangaratiba, como principal avanço, o fortalecimento de registro das rotinas dos serviços, mediante a implantação de instrumentais e capacitações. Além do reordenamento do fluxo dos serviços que lhes permitiu o autoreconhecimeto como parte de um sistema nacional, denominado SUAS. Certamente há um longo caminho a percorrer para a efetivação da vigilância socioassistencial, uma vez que esta deve se materializar concretamente no cotidiano dos territórios, permeando a visão e as ações dos trabalhadores e gestores do SUAS. Desafio a ser superado, num processo que deve combinar investimentos em capacitações para técnicos e gestores, além de mudanças na operacionalização das ações. Algumas destas dificuldades são retratadas pela falta de perspectiva de superação do pragmatismo profissional a partir da utilização das informações produzidas com os dados coletados nos

próprios serviços, aliada a precariedade dos vínculos empregatícios que favorecem a limitação do potencial crítico e criativo do profissional diante das reais necessidades de subsistência pessoal.

Da mesma forma acrescenta-se, a necessidade existência de uma equipe mínima, que assegure seu potencial no campo da pesquisa. Porém, este é um processo em plena fase de construção, o que leva à afirmação de que, mesmo diante das dificuldades relacionadas Mangaratiba, tem alcançado visibilidade e aos poucos vem se firmando no cotidiano dos serviços, programas, projetos e benefícios sociais existentes no Município, constituindo-se como um campo promissor de investigação, no âmbito da Política de Assistência Social.

No ano de 2021, estudamos e criamos um método para quantificar os atendimentos realizados pela Assistente Social que faz o trabalho técnico nos seis distritos de Mangaratiba, após a quantificação desses atendimentos foi possível traçar o perfil populacional e quais foram suas principais demandas nos últimos atendimentos. Contudo, ao mesmo tempo, tem-se que a materialização das ofertas da política de assistência social deve se orientar pelas diretrizes estruturantes da matricialidade sociofamiliar e da territorialização.

Cabe ressaltar que essas diretrizes são fundamentais para que a proteção socioassistencial seja garantida aos usuários da política de modo integral e transversal. Assim, coloca-se o desafio de operacionalizar a identificação dos fenômenos de desproteção social e da caracterização do púbico alvo da política de assistência social sem incorrer em leituras fragmentadas ou parciais. Desse modo, essa etapa da análise situacional buscou articular essas duas dimensões, reunindo dados e informações que contribuam para a caracterização do púbico prioritário da política de assistência social em Mangaratiba, ao mesmo tempo em que tragam indicativos sobre os fenômenos de desproteção social aos quais esses públicos estão mais expostos.

Apontamos a necessidade da implantação da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS, que institucionaliza uma instância administrativa para operacionalizar essa função de gestão do SUAS. Esse esforço se faz necessário à luta histórica dos trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social em prol da oferta qualificada dos serviços e benefícios do SUAS e da valorização daqueles que executam o trabalho social. Assim, tornou-se possível estabelecer ações que garantam o registro e acompanhamento dos dados referentes aos profissionais vinculados ao SUAS, que permitam contribuir com a saúde, segurança e qualidade de vida destes, além de possibilitar recursos para o fomento da gestão participativa e democrática do Sistema. No que se refere

à educação permanente, a traz para a realidade do SUAS o fomento da produção de conhecimento, disseminação e publicação de estudos e pesquisas acerca da política pública de Assistência Social; a promoção da articulação com Instituições de Ensino, escolas de governo, entidades sindicais e de fiscalização do exercício profissional, movimentos sociais e entidades representativas da educação profissional, com vistas à formação, desenvolvimento e trabalho no âmbito da assistência social; o planejamento, coordenação e desenvolvimento de ações visando à integração e ao aperfeiçoamento dos planos de formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área da assistência social. Estratégias importantes de valorização dos trabalhadores e de qualificação das ofertas socioassistenciais, gerando transformações importantes no quadro de recursos humanos do provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Dentre essas estratégias destaca-se um conjunto de ações realizadas com o objetivo de adequar e recompor o quadro de equipes técnicas que atuam nas unidades de prestação de serviços e atenções continuadas para a população. Importante para o fomento da gestão participativa e para o fortalecimento da educação permanente no município, dois dispositivos com criação de Mesa Municipal de Gestão do Trabalho e Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS.

3.4 - DEMAIS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SMASDH

- Cadastro Único

FAIXA DA RENDA	SITUAÇÃO POR DOMICÍLIO			TOTAL
ATÉ 1 S.M.	URBANAS	RURAIS	SEM RESPOSTAS	
ENTRE 1 E 2 S. M.	4.344	499	19	4.862
ENTRE 2 E 3 S. M.	335	49	0	384
ACIMA DE 3 S. M.	72	1	0	94
SEM RESPOSTA	0	0	0	0
TOTAL	4.840	554	19	5.413

O Cadastro Único é destinado a todos aquelas famílias que possuem a renda familiar inferior a 4 salários mínimos e estão buscando fazer parte de algum programa de

POR FAIXA DE RENDA FAMÍLIAR PER CAPITA DAS FAMÍLIAS					
TERRITÓRIO	**EXTREMA POBREZA**	**POBREZA**	**BAIXA RENDA**	**ACIMA DE ½ S.M**	**TOTAL**
CREAS MANGARATIBA	19	1	1	0	**21**
CRAS ALZIRO G. SIMÕES	440	45	93	164	**742**
CRAS C. DE JACAREÍ	321	15	55	127	**518**
CRAS PQ. BELA VISTA	318	25	66	106	**515**
CRAS MURIQUI	455	32	72	142	**701**
CRAS P. DO SACO	535	29	125	160	**849**
CRAS SERRA DO PILOTO	98	9	19	32	**158**
CREAS/CRAS / NÃO PREENCHIDOS	162	8	32	41	**243**
TOTAL DE CADA CLASSIFICAÇÃO	2.348	164	463	772	**3.747**
Fonte: Ministério da Cidadania.gov.br/cras/vigilância socioassistencial Mangaratiba SMASDH					

transferência de renda do governo federal ou até mesmo estadual. Programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, só são possíveis, após o cadastramento no Cadastro Único, e é a partir dele que o Governo Federal faz o cruzamento de dados e vê se aquela família em questão se enquadra nos requisitos para receber determinado tipo de benefício. Através dos dados do Cadastro Único é possível a construção de diversos diagnósticos é por meio desses dados que conseguimos por exemplo, entender que atualmente na cidade possuímos mais de 2.348 famílias em situação de extrema pobreza (sobrevivem com renda mensal de menos de 89 reais por pessoa).

Existem 12.457 Doze mil e quatrocentos e cinquenta e sete pessoas cadastradas no Cadastro Único, dentre estas 5.413 famílias elegíveis, divididas em área urbana e rural e faixa de renda. Conforme tabela abaixo:

Abaixo apresentaremos o perfil por faixa etária e gênero inscritos no cadastro único do município.

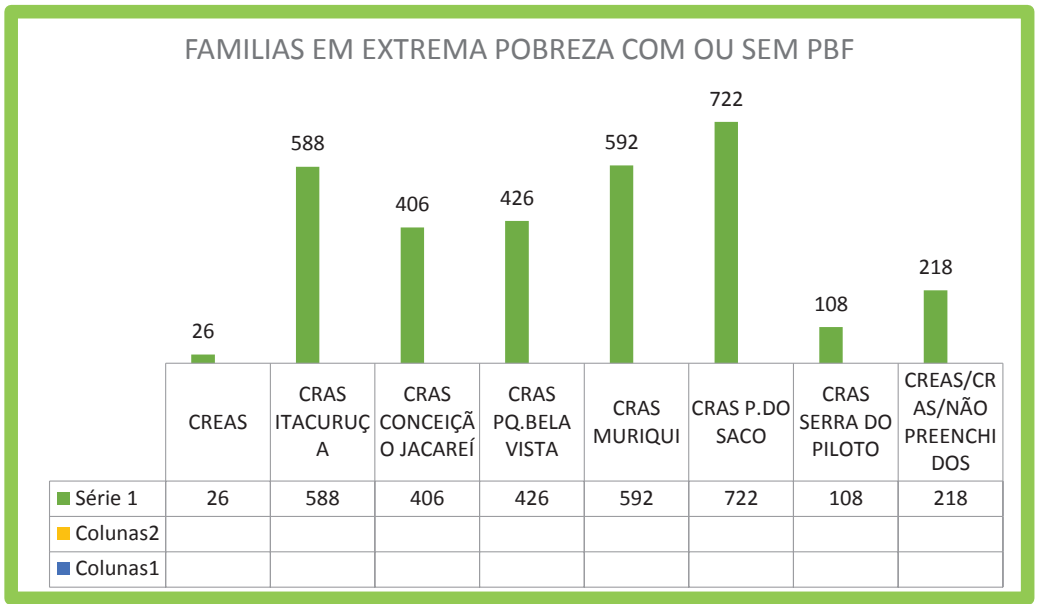
IDADES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0-4	464	467	931
5-6	269	273	542
7-15	1.185	1.064	2.269
16-17	250	230	480
18-24	614	728	1.342
25-34	438	1.012	1.450
35-39	252	516	768

40-44	218	453	671
45-49	186	360	546
50-54	184	286	470
55-59	173	274	447
60-64	169	232	401
MAIOR QUE 65	499	695	1.194
TOTAL	4.901	6.610	11.511

Das faixas etárias apresentadas sugerimos uma, maior atenção as crianças e adolescentes que somadas são 2.749 inscritas e que precisam de políticas públicas efetivas para tentar minimizar possíveis danos na formação enquanto cidadãos. E as faixas etárias de 18 a 39 anos que juntas são 3.560 pessoas que estão sem geração de renda e em vulnerabilidades econômicas. Juntas representam mais de 10% da população mangaratibense.

Os idosos também se apresentam significativamente, pois estes precisam ser acompanhados como público prioritário dentro dos espaços socioassistenciais.

Reunimos as informações socioterritoriais, dados de População, Famílias no Cadastro Único, Beneficiários do Programa Bolsa Família, entre outros.



No gráfico temos o quantitativo de famílias recebendo bolsa família em situação de extrema pobreza, identificado por território através das unidades socioassistenciais totalizando 3.086 famílias.

26



Fonte: Ministério da Cidadania elaborado pela Vigilância Socioassistencial de Mangaratiba

Identificamos que será preciso uma atualização no cadastro único na ilha da Marambaia, pois quantitativo apresentados no cecad não condiz com a realidade apresentada na pesquisa realizada pelo setor da vigilância socioassistencial através do formulário google forms com a responsável do cras itinerante Marambaia.

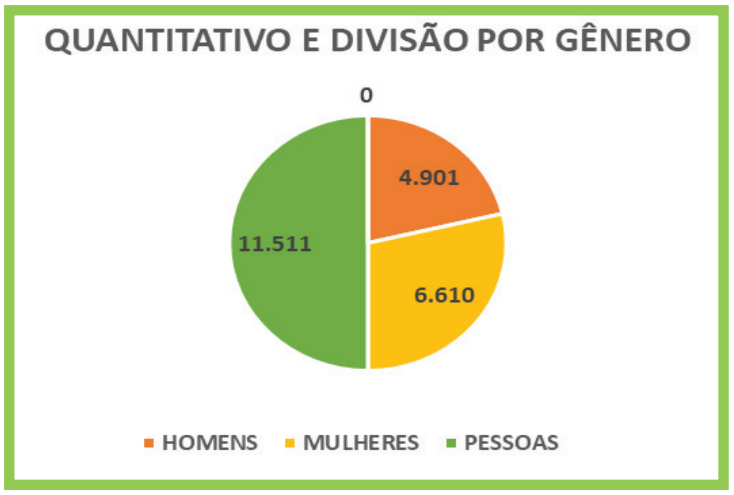
- Auxílio Emergencial

Foi um auxílio instituído em decorrência da pandemia COVID-19 através da Lei federal 13.982 tendo como concessão o valor de R$ 600 por mês durante o período de três meses (prorrogáveis) para pessoas com as seguintes condicionalidades: Maiores de 18 anos; emprego informal, não receber benefícios previdenciários ou assistenciais, com exceção do Programa Bolsa Família (PBF). Teve como objetivo a garantia à sobrevivência e isolamento social a população mais vulnerável através de um auxílio monetário.

Em Mangaratiba tivemos 1.301 mil trezentos e uma pessoas elegíveis no Programa Bolsa Família, 742 do cadastro único total de 2.043 famílias que já estavam inseridas no sistema e uma grande parcela já acompanhadas nos equipamentos socioassistenciais, deste 6.919 realizaram através do aplicativo CAIXA, um aumento de mais de 300% de famílias. Ou seja, esse aumento significativo foi agravado na pandemia com desemprego e hoje é a realidade de Mangaratiba. O agravante que esse recurso também movimento o setor econômico do município e a ausência destes irá agravar de forma significativa a vulnerabilidade local.

A seguir temos um quadro quantitativo por gênero e total de pessoas inscritas.

27



Fonte: CECAD-nov. /2021 elaborado pela Vigilância Socioassistencial de Mangaratiba

O gráfico nos apresenta o quantitativo de mulheres que receberam o auxílio emergencial na faixa etária 18-24 e 25 a 34 anos. Mulheres em idades produtivas que se encontram fora do mercado de trabalho. Precisamos buscar para os próximos anos implementação de políticas públicas concretas para inserção destas no mercado.

COD.	UNIDADE TERRITORIAL	REFERÊNCIA	PESSOAS ELEGÍVEIS	PESSOAS ELEGÍVEIS A RECEBER R$ 250	PESSOAS EEGÍVEIS A RECEBER R$ 375	RECURSO DESTINADO AOS ELEGÍVEIS COM VALOR DE 375
330.260	**Mangaratiba**	**2021**	**8.962**	**4.944**	**2.305**	**1.709**

Fonte: CECAD-nov. /2021 elaborado pela Vigilância Socioassistencial de Mangaratiba.

TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL PELO CADSTRO ÚNICO (COM E SEM BOLSA FAMILIA)	BENEFICIÁRIOS DO ELEGÍVEIS AO AUXíLIO EMERGENCIAL DO CADÚNICO SEM BOLSA FAMILIA	BENEFICIÁRIOS DO ELEGÍVEIS AO AUXíLIO EMERGENCIAL CO CADÚNICO COM BOLSA FAMÍLIA
7.795	**3.896**	**3.899**

O aprofundamento da crise econômica e as dificuldades do acesso ao auxílio

emergencial provocou o aumento nos números de extrema pobreza. Apesar empobrecimento unificar essa população, ela é vivida de formas diferentes, com marcadores sociais que tornam alguns grupos com menos capacidades de respostas/recursos para lidar com ela. Entretanto, além dos marcadores levantados acima, bem como o olhar para população rural e povos e comunidades tradicionais, destaca-se que é fundamental dimensionar outras complexidades de ordem interseccional da vivencia da pandemia. Sobretudo, os efeitos sociais e o legado da pandemia não terão prazo.

Pós pandemia da COVID 19, certamente muitos brasileiros ficarão sem acesso aos direitos previstos na Constituição Federal, estarão fora do mercado de trabalho ou ainda sentido os efeitos da redução ou suspensão dos salários daqueles que mantinham ou mantêm seus empregos, a execução dos serviços e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial têm sido imprescindíveis para a garantia dos acessos as seguranças sociais, assim como o trabalho dos profissionais do SUAS. Tal observação reforça a importância da manutenção dos serviços do SUAS para atendimento à população usuária dessa Política que não se resume somente ao acesso a renda. Por fim, os efeitos pós pandemia serão sentidos não apenas de imediato, mas nos próximos anos se para tanto dependerá do que planejarmos hoje, visando a exclusão ou minimização das consequências que virão.

- Programa SUPERA-RJ

O Supera RJ é um programa de renda ao novo coronavírus (COVID - 19), priorizando o cidadão em estado de vulnerabilidade social e a pobreza no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo o enfrentamento e a superação da crise econômica causada pelas medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19), estimulando a economia e fortalecendo mínima que tem como objetivo o enfrentamento e a superação da crise econômica causada pelas medidas de combate a rede de proteção às pessoas em maior situação de vulnerabilidade social no Estado do Rio de Janeiro.

Em Mangaratiba foram contempladas 419 pessoas e até dezembro de 2021 128 cartões foram entregues. Diante alto índice de pessoas cadastradas para recebimento do auxílio emergencial no município de Mangaratiba, e o baixo número de cartões entregues, apontamos para a necessidade de se realizar uma maior divulgação quanto ao local de entrega dos cartões nas redes oficiais de comunicação e maior ênfase na busca ativa nos territórios

através dos Cras para localização destas pessoas e a disponibilização de um chip telefônico para intensificar a busca destes.

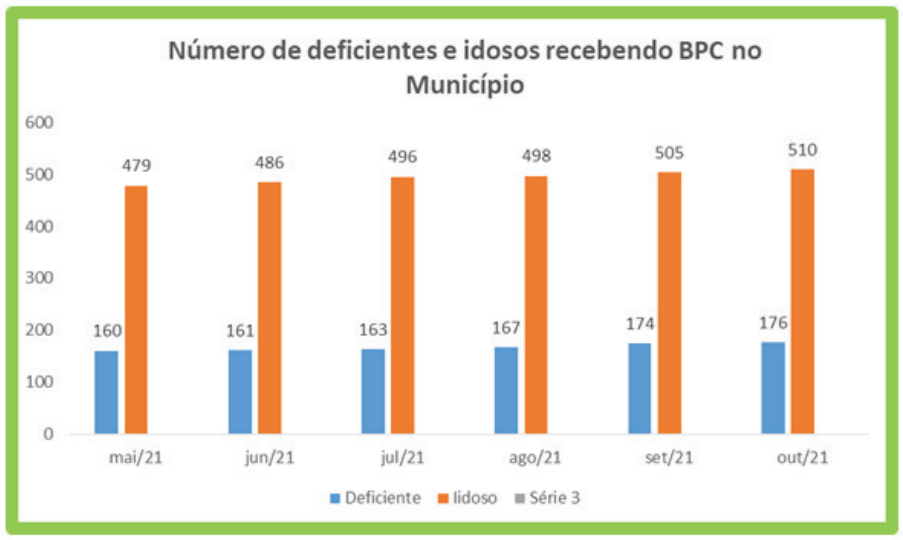
- Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993; pelas Leis Federais de nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011, que alteraram os dispositivos da LOAS e pelo Decreto Federal nº 6.214/2007 que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata. Em Mangaratiba são 686 beneficiários, sendo 176 para pessoas com deficiência e 510 para idosos.

- Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola foi criado pela Portaria Normativa Intersetorial nº 18 de 24.04.2007, tendo como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência, na escola, de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com deficiência, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de Educação, Assistência Social, Saúde e de Direitos Humanos, com vistas à superação dessas barreiras. Dentre as ações realizadas, está a capacitação, em atendimento a solicitação da gestão municipal sobre a aplicação do questionário para Identificação dessas barreiras.

30

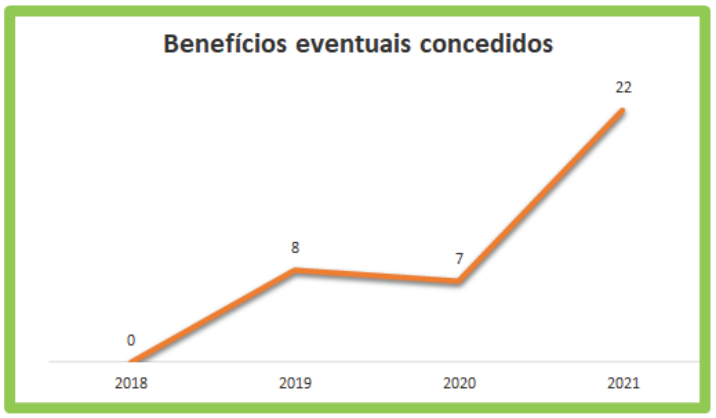


Fonte: cecad/vigilância socioassistencial de Mangaratiba
Destes 79% estão inscritos no cadastro único.

O benefício de prestação continuada com deficiência apresentou um aumento de 24 pessoas e de idosos 52 pessoas ao longo do ano de 2021. Tendo em vista esse aumento significativo no período de um ano se faz necessária uma maior atenção no que tange ao atendimento a esse público com total de 686 pessoas recebendo o benefício.

- Benefícios Eventuais

O município oferta os benefícios eventuais de aluguel social, auxílio funeral, nutricional, passagem e kits higiênicos.



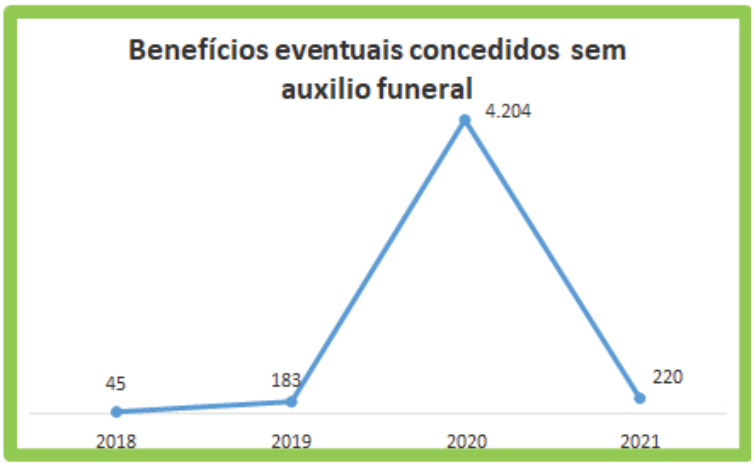
Fonte: Ministério Cidadania-RMA/vigilância socioassistencial-Mangaratiba 2021;

Ressaltamos que os números dos gráficos foram retirados do Ministério da

cidadania, pelos espaços.

- Auxílio Funeral

Concedido a família vulnerável economicamente, preferencialmente inserida no Cadastro Único do governo federal, com perfil de baixa renda e rendimento per capta igual ou inferior a meio salário mínimo, segundo a Lei de nº 883/2013. Em 2021 foram concedidos 58 auxílios funerais pela SMASDH existe divergência de dados comparados ao gráfico pois hoje a maioria dos auxílios funerais concedidos no período foi realizado dentro da sede da SMASDH, funerais que acontece no final de semana e dentro do hospital que se localiza no Centro de Mangaratiba, anteriormente era realizado pela equipe do hospital pois possui serviço 24 horas. Necessitando urgente da revisão de fluxos e protocolos para os próximos anos.



Fonte: Ministério Cidadania-RMA/vigilância socioassistencial-Mangaratiba 2021;

O gráfico acima informa quantitativo de auxilio nutricional. Enfatizamos que em 2020 o número insere o vauchers que foi contabilizado pelas unidades

- Aluguel Social

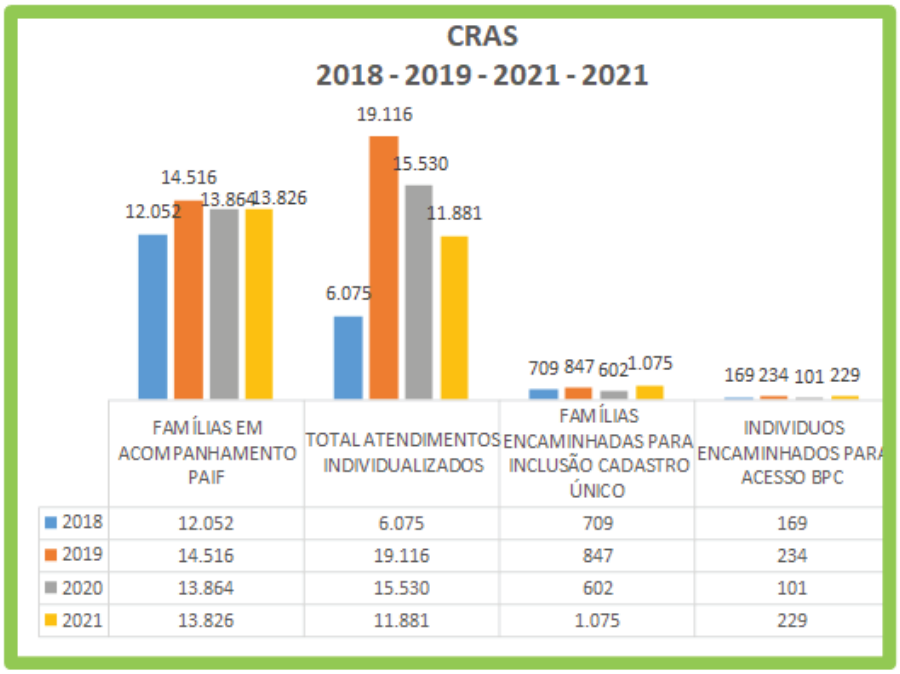
Benefício eventual ofertado dentro do município, regulamentado através da Lei N 765, de 21 de dezembro de 2021 e inserido na lei do suas, onde o usuário que tenha sido vítima de calamidade pública, após vistoria da Defesa civil e emissão de laudo, este recebe o valor de R$400,00 (quatrocentos reais) no período de seis meses podendo ser renovado por mais seis.

32

Existe a necessidade de revisão do valor da lei do aluguel social bem como correção anual, pois o valor para a locação no município é superior ao valor ofertado no benefício.

No ano de 2021 foram ofertados 10 benefícios de aluguel social destes 2 ingressaram no corrente ano e 8 renovados por seis meses decorrente de 2020.

DADOS DOS CRAS



	FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PAIF	TOTAL ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS	FAMÍLIAS ENCAMINHADAS PARA INCLUSÃO CADASTRO ÚNICO	INDIVIDUOS ENCAMINHADOS PARA ACESSO BPC
2018	12.052	6.075	709	169
2019	14.516	19.116	847	234
2020	13.864	15.530	602	101
2021	13.826	11.881	1.075	229

Fonte: Ministério Cidadania-RMA/vigilância socioassistencial-Mangaratiba2021

- PAIF (Programa de Atenção Integral a Família)

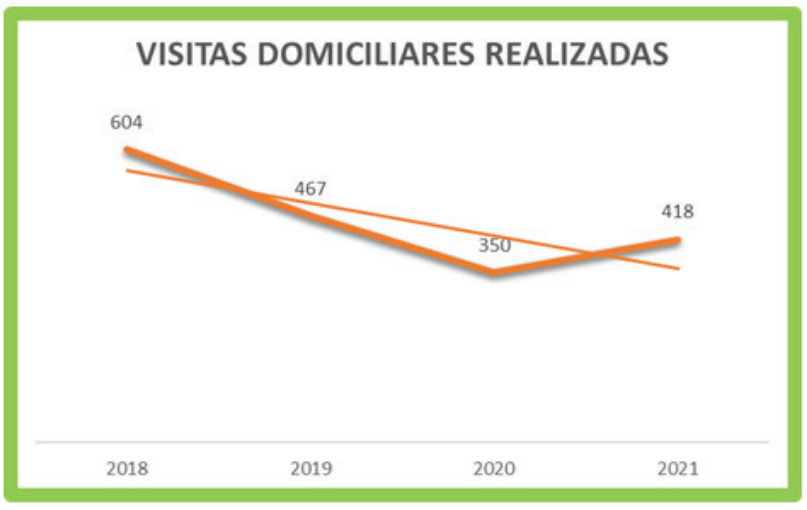
É um importante programa que é o coração do CRAS, ele é caracterizado pelo atendimento de famílias com algum nível de vulnerabilidade, essas famílias são atendidas de forma individual pelos técnicos do SUAS rotineiramente (mensal, semanal e quinzenal)

e são acompanhadas de perto para conseguirem superar os motivos que ocasionam a entrada no programa.

Realizamos reuniões virtuais, com objetivo de elencar os bairros e/ou áreas da cidade que possuem mais vulnerabilidades e a inclusão do público prioritário nos atendimentos, e relacionar com as vulnerabilidades desses territórios em si. No que se refere aos espaços socioassistenciais, o gráfico nos apresenta que no ano de 2019 tivemos um grande aumento dos atendimentos que não se manteram nos anos seguintes, justificados pelo período da pandemia que estamos atravessando. Os serviços tiveram queda devido as indicações de afastamento social, eforam ofertados através de alguns grupos via watzap, em maioria sendo utilizado aparelho do técnico. Poisnão conseguimos ofertar telefones móveis.

Em 2021 o aumento da inclusão no cadastro único aconteceu devido alto índice de desemprego que culminou com a pandemia e o auxílio emergencial oferecido pelo governo Federal, também apresentou aumento de inclusão do Benefício de Prestação continuada, fato que nos aponta para um aumentoda população idosa em vulnerabilidade.

Visita domiciliar é um instrumento utilizado pelos ténicos dos espaços socioasistenciais, após avaliação do mesmo sobre a necessidade de realização desta.



O número de visitas apresentou queda em 2019 justificado pela ausência do transporte nos espaços para realização das visitas, houveram cancelamentos de visitas justificado por quebra de veículos e ausencia de combsustível. No ano de 2020, além dos problemas de ausência do transporte permanecer, entrou a pandemia logo foram necessários vários cancelamentos e foram utilizados outros instrumentos como realização de contato

telefonicos nesse período. Em 2021 com a flexibilização foram retomadas de maneira gradativa as batividades, justificando um leve aumento no quantitativo.

CRAS- ALZIRO GIBRAN-ITACURUÇA	
Possui 588 familias em situação de extrema pobreza, população tradicionais, dentre elas, quilombolas, ribeirinhos, ilhas (Itacuruça, Jaguanum, Marambaia e do Batuque) com moradores residentes acompanhados pela equipe e no presente ano apresentou aumento significativo de população em situação de rua. Não identificamos fator de risco em relação a faixa etária de 0 a 4 anos no que se refere a inclusão em creche, pois esse território possui implantado 3 creches, 2 escolas, 1 uma unidade básica de saúde para população.	
ÁREAS VULNERAVEIS:	**Axixá - Vila Benedita - Praia Gamboa**, difícil acesso com Deslizamento e Alagamentos em períodos de chuvas. Em relaçao ao mercado de trabalho ou atividade produtiva, alguns moradores sobrevivem com a principal fonte de renda a pesca artesanal, ajudante de barqueiros, ajudantes dos quiosques, ambulantes. No cadastro único encontra-se cadastradas 82 familias quilombolas, utilizamos o instrumental com a responsável da associação local, que nos forneceu as informações atualizadas onde, possuem 413 moradores,200 familias,64 crianças e 54 idosos. 50 pessoas contrairam covid e 3 óbitos. Alem dos aspectos sócio demográfico os serviços da assistencia social precisa levar em consideração, a cultura, história dessa comunidade, para realizar o planejamento, preservando a identidade dessas que perpassam seus afazeres cotidianos, práticas e crenças. É de extrema relevancia a contratação de barcos e ou aquisição para realiazação do transporte de funcionários para atender os usúarios que se encontram em situação

	de vulnerabilidades desta localidade, bem como justifica-se o aumento de eqyupe técnca para atuar nas demandas destes.

CRAS-CONCEIÇÃO DE JACARÉI	
Localizado na divisa do Município de Angra dos Reis, teve o aumento de tráfico de drogas e possui 406 familias em situação de extrema pobreza, também apresentou mudança de local 2 vezes nos últimos e anos, pois nao tem sede própria. Outro fator que impera na região é a oferta de uma creche na localidade, propiciando uma maior vulneralibidade na area de segurança alimentar difilculdade para busca e ou manuntençao de vínculo empregaticio dos responsáveis, 3 escolas 1 unidade básica de saúde e um posto de saúde.	
EAS VULNERÁVEIS:	**Itacurubitiba / estrada para poço encantado** (área isoladas), **Estrada da Petrobrás - Rua Z – Catatal / morro do chapeú** e do **Serafim**.

CRAS BELA VISTA e CRAS ITINERANTE VALE SAHY	
No ano de 2019 passou por mudança de local, porém em dezembro de 2021 retornou para o mesmo local. Seu território possui grandes áreas de vulnerabilidades e difícil acesso com 426 famílias em situação de extrema pobreza. Não tem sede própria. Conta como rede o Hospital, 1 clínica da família, 4 escolas, 2 creches. Grade aumento do índice de criminalidade, que em algumas vezes ocasiona cancelamento de visitas técnicas.	
ÁREAS VULNERÁVEIS:	**Parque Bela Vista - Morro do Cristo - Morro Santo Antônio - Morro da Matilha.** Todas as áreas são de invasão. Áreas de encosta, construções precárias e insalubres.

CRAS MURIQUI	
Possui sede própria mais localizado numa área de difícil acesso onde os moradores com grande concentração de vulnerabilidades se colocam em risco, pois para acessar o local se faz necessário atravessar a rodovia Rio Santos e caminhar as margens da mesma. É suma importância que o CRAS se faça presente com seus atendimentos e ofertando oficinas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nessas localidades, como cachoeira I, II e III, e a necessidade de ofertar também na parte baixa, mais para o Centro de Muriqui. Esta Unidade demanda de atenção nos próximos anos, para trabalhar ações preventivas, no que tange a violações de direitos contra criança e adolescente. Também apresentou aumento de população em situação de rua e migração de moradores advindos da baixada fluminense do RJ. Existe a presença de ambulantes, que sobrevivem basicamente de vendas de cocadas onde se identifica situação de trabalho infantil. Possui 592 famílias em situação de extrema pobreza. Nesse território se faz necessário a permanecia de técnicos para construção de vínculos. O que não vem acontecendo nos últimos anos. Possui 2 creches,3 escolas,1 unidade básica da saúde, 1 clínica da família.	
ÁREAS VULNERÁVEIS: DESLIZAMENTOS E OU ALAGAMENTOS	**Morro São Sebastião - Cachoeiras 1,2,3 - Rua Dilermando: Beira do Rio, sofrem alagamentos - Pedreiras: área de deslizamentos;** Unidades com sede própria, porém sua localização dificulta o acesso dos moradores. Muriqui é um distrito que geograficamente dificulta acesso ao CRAS, pois possui, três áreas ao lado da Rodovia Rio Santos o que torna perigoso acesso por travessia de crianças e idosos, muitos (morros, relevos) tivemos ao longo dos últimos anos o aumento do quantitativo populacional, migratório advindos da baixada fluminense, aumento de população em situação de rua, presença do tráfico, aumento de situações de violações de Direitos. Temos a necessidade de intervenções, com projetos que atue diretamente nessas comunidades, bem como à diminuição de rotatividade do quadro de profissionais que dificulta diretamente na execução dos serviços,

	pois o vínculo com as unidades torna-se fragilizados.

CRAS PRAIA DO SACO	
Não possui sede própria, houve mudança de endereço no node 2020, hoje localizado nas margens da Praia do Saco, tornando-se distante o acesso da população mais vulnerável da rua da palha e canal do leitão. Esta unidade, necessita do aumento da equipe técnica e que seja interrompida a rotatividade dos técnicos, pois isto causa quebra de vínculos com usuários. Possui 722 familias em situação de extrema pobreza, o que justifica o aumento de equipe para esse território. Hoje só conta com uma Assistente social e uma psicologa. Existe presença de tráfico e risco geológicos, esta aréa sofre com as chuvas, causando varios desalojados. Tem 5 creches, 2 escolas municipais e 1 Estadual.	
ÁREAS VULNERÁVEIS:	Pomar Casa Branca. Área de invasão, lixão e aterro sanitário. - Rua da Palha. As comunidades próximas ao canal sofrem com alagamentos.

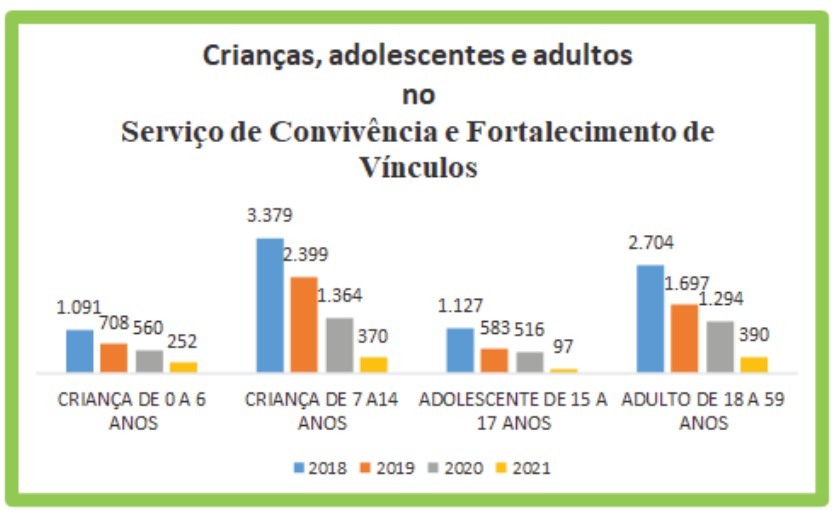
CRAS SERRA DO PILOTO
Esta unidade é de característica rural, com residenciasdistantes uma das outras, possui uma sede própria de grande extensão territorial, porém com o passar dos anos e mudanças de governos deixaram o espaço físico sem manuntençao, hoje inviável de manter os serviços na unidade encontrando-se desativada. Os serviços estão sendo prestados em uma casa alugada, após passar um período com o emprestimo de uma sala na escola local. Território com cultura histórica riquissíma, como a estrada imperial, mirante, bebedouro do cavalo de D. Pedro, cachoeira dos escravos, existência de cemitério de escravos. Por se tratar de uma comunidade rural, de dificil acesso, os serviços até o ano de 2019 eram ofertados através de transporte próprio, o que facilitava acesso da população. Hoje se faz necessário a volta da prestação do serviço de transporte para essa unidade, bem como ofertas de oficinas atrativas para a população. Nesse território, existe a presença do alto índice de alcolismo, violência contra mulher e trabalho infantil. Indicamos ofertas de oficinas socioeducativas

preventivas. Possui 108 familias em situação de extrema pobreza que precisa ser priorizada em acompanhamentos. Conta com um posto sáude, e duas escolas municipais.	
ÁREAS VULNERÁVEIS:	**Estrada são joão marcos**, **estada da fazenda rubião**; Localidade com indice deslizamento no trajeto em função de vazao de água em face do acumulo de água das chuvas, concentrando em pontos de cachoeiras ou corregos;

- Grupos SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FoRTALECIMENTO DE VÍNCULOS)

O SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), tem por objetivo inicial o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo a atuação do PAIF em sentido complementar junto aos CRAS. O SCFV parte como destino o atendimento de diferentes públicos, em principal pessoas em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para idosos em isolamento; pessoa com deficiência, trabalho infantil; situação de egressos de medidas socioeducativas, evasão da escolar ou com defasagem escolar; situação de acolhimento; situação de abuso e/ou exploração sexual; em cumprimento de MSE em meio aberto; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo importante destacar que, a oferta do SCFV decorre dos atendimentos realizados pelos CRAS e CREAS.

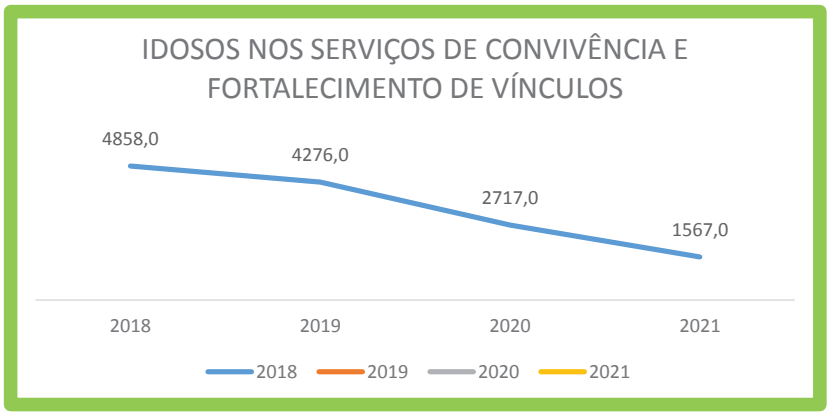
39



Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php

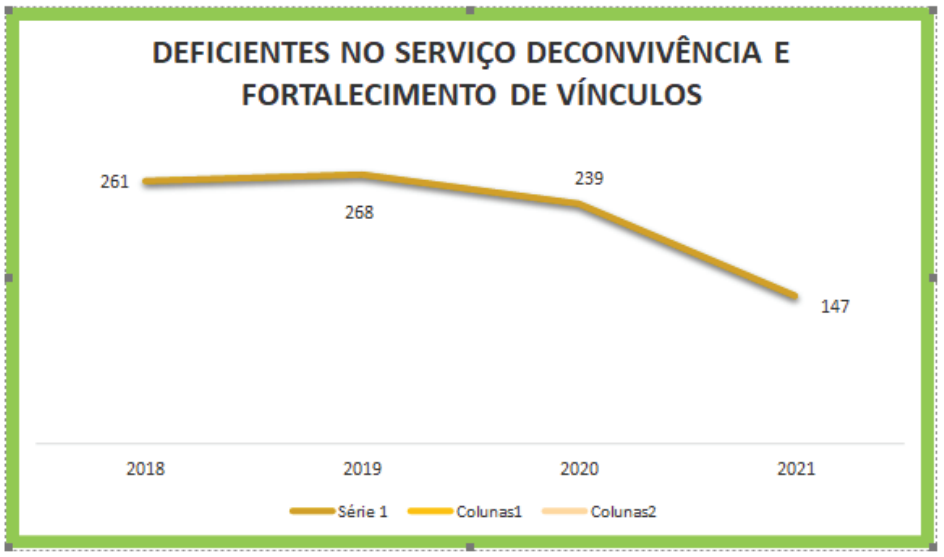
O Serviço Convivência e fortalecimento de vínculos na faixa etária de 0 a 6 anos teve queda em todos os anos, o município ampliou número de creches, justificando assim ausência desta faixa etária nos serviços. Porém a faixa de 7 a 14 anos também veio apresentando declínio, salientamos aqui que no ano de 2020 e 2021 tivemos a pandemia, e só no mês de agosto em diante iniciamos a flexibilização. A faixa etária de15 a 17 anos, também apresentou queda, mesmo levando em consideração o período pandêmico, devemos procurar ofertar oficinas de qualidade para esse público, justificada pelo aumento da criminalidade no município, ausência de políticas públicas nas áreas de cultura, esporte e lazer. Os adultos de 18 a 59 anos também apresentou queda, justificada pela pandemia, e também pela oferta de serviços mais atrativos para comunidade.

40



Fonte: Ministério da Cidadania.gov.br/sagi/vigilância socioassistencial-Mangaratiba

Os idosos apresentaram queda de participação no serviço de convivência durante os 4 anos, houve mudança de sedes que prejudicam a participação e vínculos destes, em Conceição Jacareí, Parque Bela Vista, Praia do saco. O período da pandemia também requisitou o afastamento do convívio social, muitos ficaram participando dos grupos que a empresa Porto Sudeste ofereceu em parceria com a SMASDH, porém os idosos em situação de vulnerabilidades não conseguem participar. Com a flexibilização estão retomando as atividades aos poucos. Necessário manter profissionais pela questão de vínculos e confiança deste público pois isso afeta diretamente na participação.



Fonte: Ministério da Cidadania.gov.br/sagi/vigilância socioassistencial-Mangaratiba

CREAS CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Atende a famílias e ou pessoas em situação de violação de direitos. Localizado no Centro de Mangaratiba, não possui sede própria. Não possuí profissional efetivo, hoje conta com equipe de 1 coordenador Assistente social, 2 Assistentes sociais, 1 psicologo, 1 advogado, 2 recepcionistas, 1 administrativo, 5 profissional nível médio na equipe de abordagem social e 2 auxiliares de serviços gerais. Realizamos em conjunto com as equipes e responsáveis da Especial a criação de fluxos e protocolos para abordagem social, PETI, e calamidade Pública e Criação de um instrumental de levantamento de dados dos atendimentos mensais, similar ao RMA (Registro Mensal de Atendimentos), porém mais completo e que compreende melhor os encaminhamentos bem como toda a rede socioassistencial do município, para identificar e compilar dados de atendimentos do ano de 2021.	
ÁREAS VULNERÁVEIS:	Esta unidade possuí 26 famílias em situação de extrema pobreza.

- PAEFI (SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS A FAMÍLIAS)

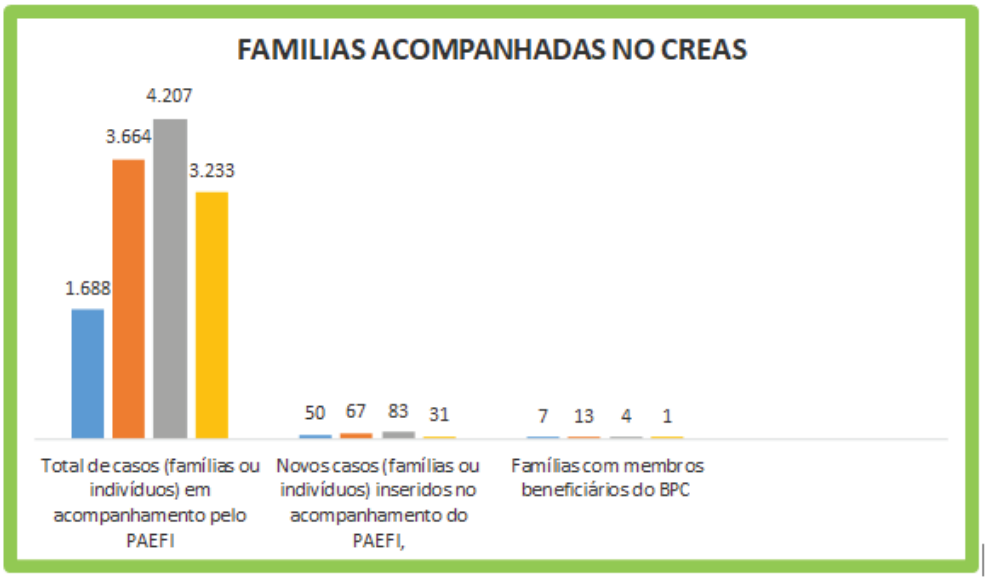
O PAEFI é um programa de suma importância para o SUAS à nível municipal, é através dele que o CREAS faz seus acompanhamentos individuais. Seus atendimentos envolvem em boa parte pessoas que já sofreram ou que estão passando por alguma situação iminente de violação dedireitos.

Considerando que uma família pode apresentar mais de uma violação de direito, o PAEFI registrou o total de 3.233 violações vivenciadas nos casos acompanhados pelo Serviço. O gráfico abaixo aponta que a situação de violação de direitos contra crianças e adolescentes mais recorrente foi abuso sexual.

Os dados coletados na RMA referente a informações sobre a incidência de violações de direitos contra a população idosa, inseridos no Serviço de Proteção Social Especial para Famílias e Indivíduos - PAEFI - em acompanhamento nos últimos 4 anos foram 24 idosos.

As principais violações de direitos identificadas nos casos acompanhados foram: negligência, com 15 casos; violência intrafamiliar 32; 9 casos situação de trabalho infantil; abuso e exploração sexual 44 casos; vítimas de exploração sexual 10;

42

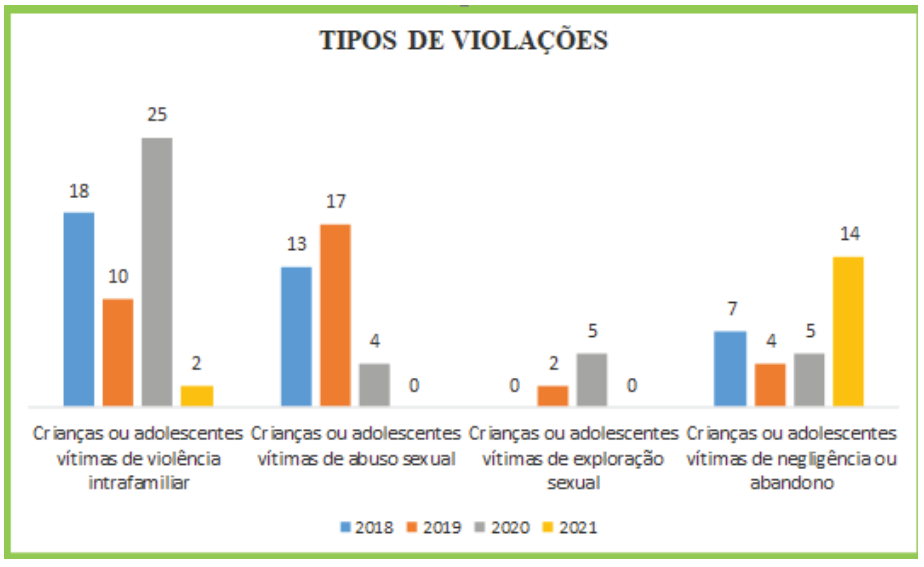


Fonte: Ministério da Cidadania.gov.br/sagi/vigilância socioassistencial-Mangaratiba

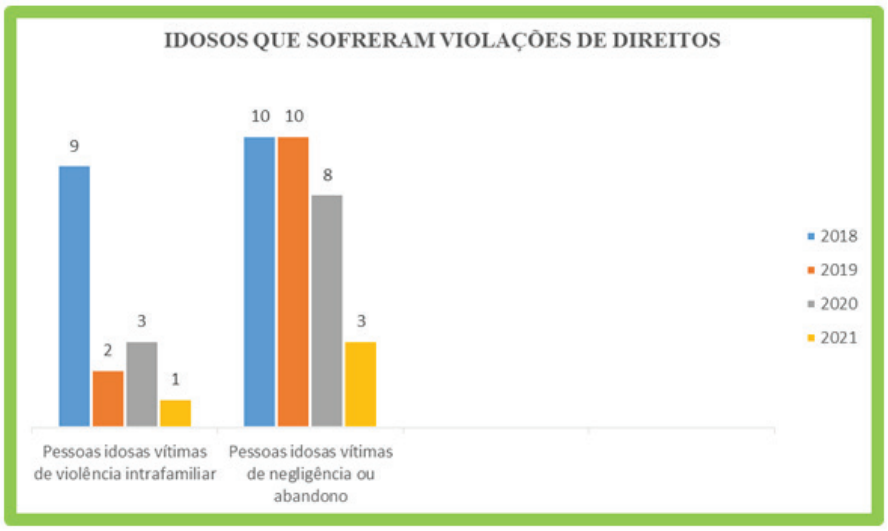
A queda nos atendimentos no Creas é de extrema importancia e podemos dizer que a prevenção vem funcionando nos territórios. A queda também justifica-seb em decorrência da pandemia.

O Programa de erradicação do trabalho infantil teve ações para identificar, enotificar dentro dos territórios, houve a reavaliação dos de fluxos e protocolos com objetivo de vislumbrar as equipes para identificação deste público.

43



O gráfico nos apresenta a queda de vítimas de abuso e exploração significativa a nível municipal, zerando nos ultimos 2 anos.

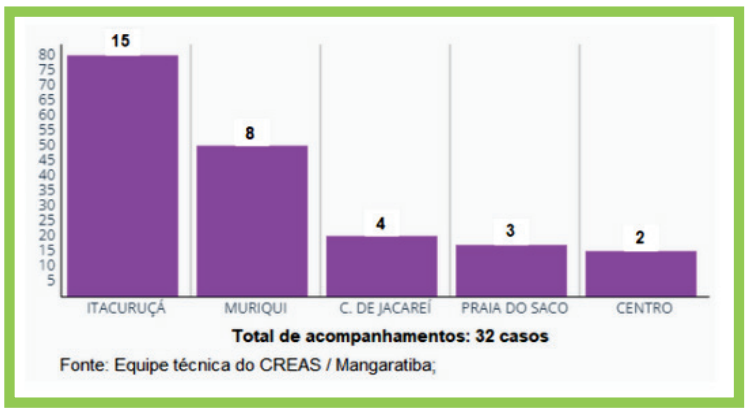


Idosas vítimas deviolência intrafamiliar apresentou queda, e vítimas de negligência também, portanto não se trata dedados para comemorar, pois registrou abaixa no período da pandemia.

- DADOS PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA (ABORDAGENS)

Foram tabulados os dados da equipe de abordagem nos diferentes locais (Acompanhamento Mensal do creas, ficha das Pessoa Abordadas via equipe de Abordagem Social, Fichas Individuais preenchidas com dados das pessoas em situação de rua). A partir desses dados conseguimos um panorama da população em situação de rua que está ou passou pela cidade, bem como entender os gargalos e o pontos de atenção para trabalhar com essa população enquanto uma política pública.

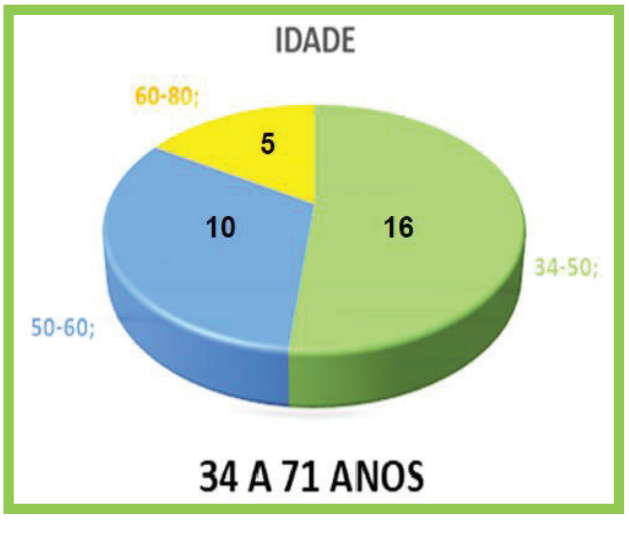
Criou-se o mapa de Abordagem Social da Cidade, mostrando os pontos onde são mais comuns encontrar pessoas em situação de rua e entender a dinâmica dessa população.

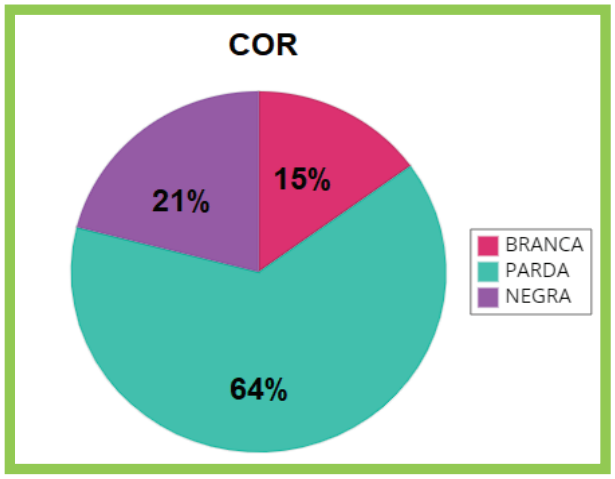


O maior número se apresenta em Itacuruça, por ser o distrito mais próximo de Itaguaí, possuir ilhas e regiãobem frequentada por turistas. Muriqui tambem e um distrito que apresenta muitos turistas, e grande parte dessa população sobrevive da reciclagem.

45

PERFIL PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA





- MSE (Medida Socioeducativa em Meio Aberto)

Os jovens em Medidas Socioeducativas são acompanhados pelo CREAS, prestando serviço na rede socioassistencial pelo período determinado na sentença judicial e acompanhados nos espaços pelo técnico de referência, onde na entrevista é realizado o plano de acompanhamento deste adolescente para execução.

Por meio dotrabalho em conjunto dos técnicos do CREAS e da equipe da vigilância socioassistencial, conseguimos montar alguns mapas e dados que ilustram o trabalho realizado no ano de 2021 com jovens que passaram pelos atendimentos no CREAS.

46



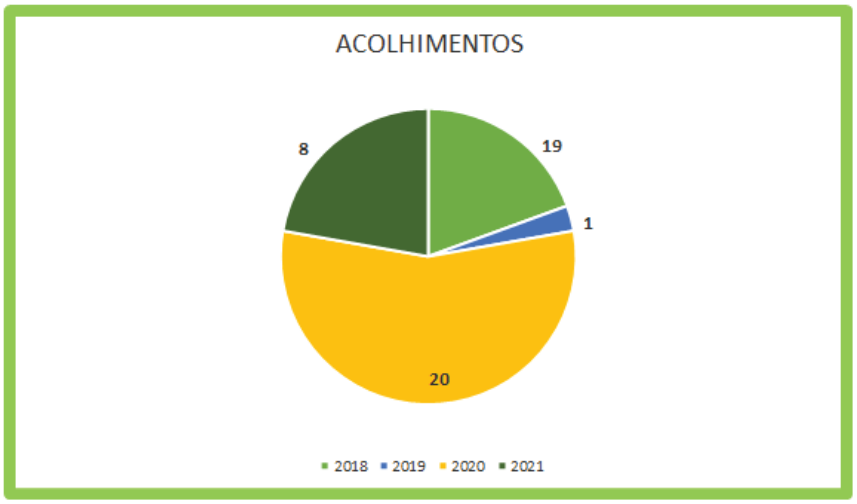
Podemos observar que o distrito centro que inclui a praia do saco, precisa de aumento de ações para conter o número de adolescentes, em situação de ato infracional, pois apresenta a maior concentração de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Ações de cunho preventivo para minimizar e ou zerar o número de adolescentes em cumprimento de medidas. Destacamos a necessidade do aumento da equipe técnica nesse território, bem como ações de lazer, cultura e oficinas socioeducativas visando a prevenção da violação.

- ABRIGO INFANTO JUVENIL-LAR MARILIZA

A unidade por capacidade de atendimento 12 crianças e adolescentes, tendo como objetivo promover o acolhimento familiar na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, em situação de risco pessoal e social, afastadas de suas famílias, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento sociofamiliar aos grupos familiares envolvidos. Foi observado que o território de Conceição de Jacareí no ano de 2021 foi o que apresentou o maior índice de acolhimento. Para os próximos anos devemos enfatizar ações Socioeducativa nos territórios visando minimizar a situação de acolhimento em conjunto com o Conselho Tutelar. Nos últimos quatro anos apresentou queda no número de acolhimentos, em 2021 apresentou 19 acolhimentos.

47

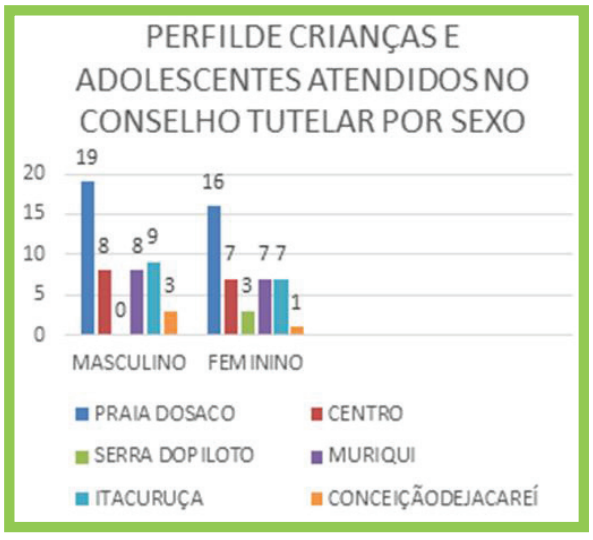


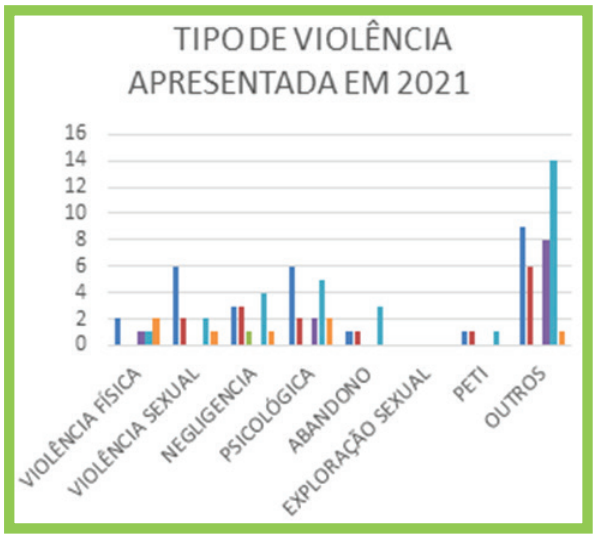
Foram realizadas reformas dentro da unidade visando melhorias a qualidade da prestação de serviços, no que tange ao quadro de profissionais, a unidade sofreu impactos em relação a rotatividade e qualificação dos profissionais, pois muitos contratados não são avaliados pela equipe técnica em relação ao perfil profissional, passando por indicações. Houve a realização de avanços no decorrer dos últimos dois anos, com criação de fluxos e protocolos com a rede socioassistencial e Ministério Público, tribunal de Justiça, Conselho tutelar, saúde. Em 2021 o que mais impactou de forma positiva, foi a implantação de duas coordenadoras, e a ausência de demissões. Existe necessidade de concurso público imediato para atender esta Unidade e criação de sede própria que atenda as especificações técnicas.

- CONSELHO TUTELAR (2021)

Realizamos a construção e implantação de um instrumental com a equipe técnica do conselho onde tabulamos os dados de todos os atendimentos realizados com a equipe técnica desde janeiro de 2021, decidimos fazer essa análise para subsidiar as equipes.

48





Aqui os dados coletados nos apontam a necessidade de intensificarmos o trabalho nos distritos da Praia do saco e Itacuruça onde foram registrados os maiores indices deviolações contra crianças e adolescentes. Os Territórios também se apresentam com maior indice de vulnerabilidade social, necessitando urgentemente do aumento do quadro técnico e diminuição de rotatividade profissional, para conseguirmos diminuir os indices, conhecer bem este território e atingir vínculos com as familias.

- Intersetorialidade – Secretaria Municipal de Defesa Civil

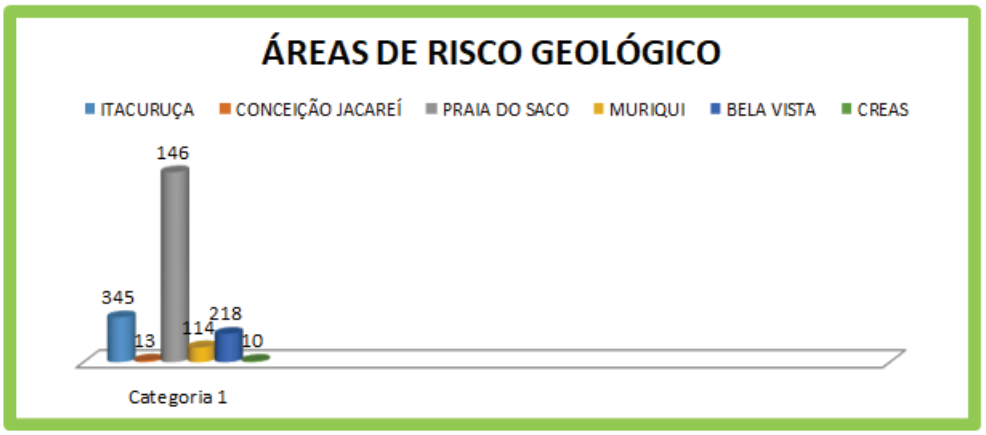
A referida secretaria apresentou dados refrente as áreas com risco de deslizamento de grande impacto em nosso município.

Conceição de Jacareí	Praia do Saco	Centro	Muriqui	Praia Grande	Itacuruça	Serra do Piloto
Morro do serafim	Travessa João Isidoro	Toca da velha	Cachoeira I,II,III		Aritana	
Itacurubitiba	Condomínio do Cação (classe alta)	Conguinho	Encosta do Poção		Atanázio	
Morro da colina	Sítio Bom (classe alta)	Morro do cristo			Axixá	

Morro do chapéu	Estrada São João Marcos	Bela vista I			Pátio da Estação	
	Santa Tereza	Bela Morro Santo Antônio				
	Morro do Moraes	Ribeira				
		Ibicuí (classe Média)				
		Apara				
		Praia Brava				
		Praia Pequena				
		Santa Barbara				

O Município de Mangaratiba tem a necessidade de uma política habitacional, tendo em vista que existe várias áreas de riscos iminente no município.

A Defesa Civil hoje é parceira da Assistência Social e já se colocou à disposição para realização de palestras Socioeducativa nos equipamentos desta secretária bem como executou treinamento com técnicos



Em Itacuruça temos três pontos de vulnerabilidades geológicos divididos em:

centro com 206 residências, Praia da Gamboa 105, Vila Benedita 34; Conceição de Jacareí 13 residências; Praia do Saco temos dois pontos: Vila Isidoro 34; Pomar da casa Branca 112, Muriqui 114 famílias; Parque Bela Vista, dividido em Toca da Velha/ Conguinho 34, Morro do Cristo 18, Praia brava, Praia pequena e Sahy 30, Ibicuí20, Apara 8, Bela vista 76, morro santo Antônio 22 e Creas 10.

O Alagamento na área da Praia do Saco, aparece como de fundamental importância na desproteção, realidade que é vivenciada com frequência pelos moradores. Em 2019 o município foi atingido por fortes temporais que deixaram diversas famílias em situação de desabrigamento e na ocasião o Serviço de proteção em situação de calamidade pública, não estava implementado. Hoje inserido na proteção social Especial de Alta Complexidade, com planos, fluxos e protocolos realizados e equipes capacitadas para a demanda e3 qualquer eventualidade.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Realizamos a construção de um instrumental para coleta de informações, com a Secretaria de Desenvolvimento Economico, Balcão de Empregos, com objetivo de elencar o público que acessa em busca por uma vaga de emprego no município, quais as dificuldades de acessar esta vaga, e os seguimentos empresáriais se apresentam como parceiros no municipios.

Resultado: Dentre as demandas por busca deumavaga de emprego as mulheres foram asquemais buscarm no ano de 2021, faixa etária 20 a 35 anos, a falta de qualificação, escolaridade e formação específica foram dificuldades que mais se apresentaram. Grande parte dos canditados em busca de vaga apresentaram somente ensino fundamental incompleto, tendo como parceiros deta instituição, pousadas, hotéis, flats, supermercados e restaurantes.

Meta: Buscar parcerias para qualificação e profissionalização dos usúarios em situação de vulnerabilidade. Tendo em vista conforme dados do Ministério da cidadania duas mil, ducentas e ciquenta e quatro (2.254) mulheres inscritas no cadastro único do muncipio na faixa etária de 25-34 anos encontarm-se em situação de vulnerabilidade economica.

Conforme apresentado nos dados acima, temos a necessidade de incentivar a qualificação profissional das 3.143 mulheres, inscritas no cadastro único, bem como ofertar escolas para o aumento do grau de instrução.

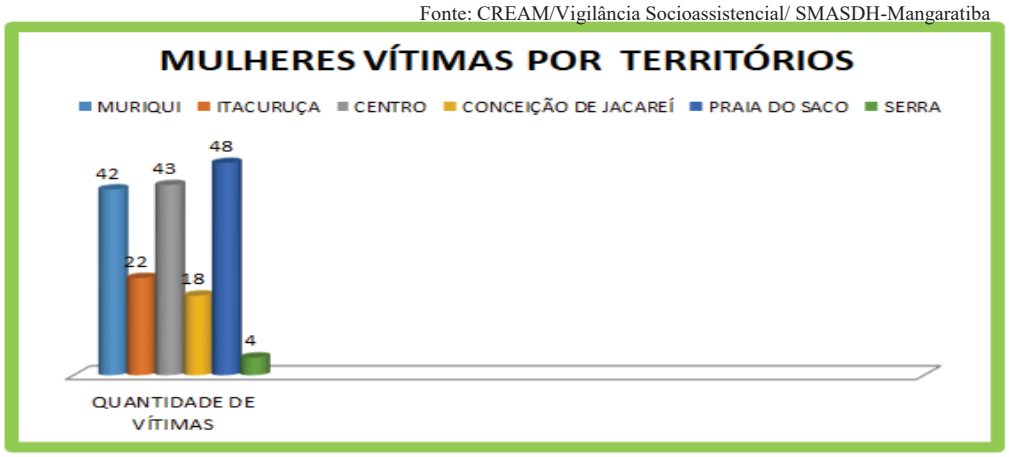
- CECAP - CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - MURIQUI

Nesta unidade, são fornecidos cursos de capacitação profissional dentro do município. No ano de 2021 foram ministrados cursos de: manicure, depilação, cabelereiro, barbeiro, designer de sobrancelha, cílios, inglês, espanhol, workshops de mag hair, auto maquiagem, spa de pés, designer de unha, massagem corporal, e estética facial, com total de 329 alunos cursando. E total de1.305 atendimentos para modelos nos cursos e orientação. Possuí um espaço próprio.

- CREAM - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO À MULHER - NILCEIA FREIRE

É um organismo da Administração Pública Municipal ligada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade que visa propor, elaborar, articular, acompanhar e desenvolver políticas públicas que elevem a cidadania e a justiça social, promovendo a equidade de gênero e combatendo qualquer forma de discriminação e preconceito herdada de uma sociedade patriarcal e excludente. Desenvolve ações em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, bem como pela Norma técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher Os atendimentos junto aos usuários do CREAM, seguiram de forma remota e presencial, sendo tomadas as medidas de proteção conforme orientações de combate ao Covid-19 e seguindo as orientações dos decretos municipais referente a pandemia.

Fonte: CREAM/Vigilância Socioassistencial/ SMASDH-Mangaratiba



Conforme apresentação do gráfico acima, o território da praia do saco é o que se destaca com maior índice de violência perpetrado contra mulher, com 23 ocorrências mais ingaíba com 3 casos e nova Mangaratiba com 22.

Centro está em segundo lugar com 26 ocorrências somando 3 casos em Ibicuí, 1 praia pequena, Sahy 3, Apara 3, Bela vista 7.

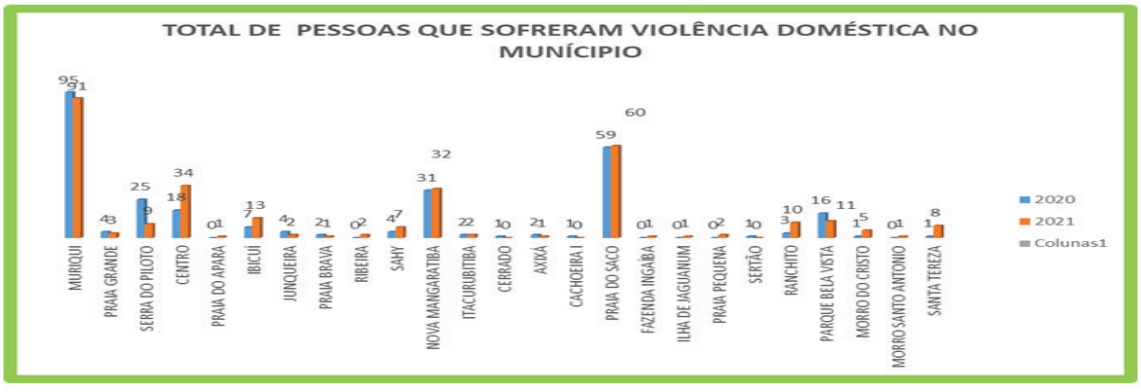
Muriqui 25 ocorrências, somando vila muriqui 14, praia grande 1, cachoeira 2**.**

Conforme apresentado nos dados acima, temos a necessidade de intensificar a qualificação profissional de mulheres, bem como ofertar escolas para aumento do grau de instrução visando a independência financeira e a interrupção do ciclo de violência.

POR FAIXA ETARIA	QUANTITATIVO
0 a 17	4
18 a 20	16
21 a 31	44
31 a 40	47
41 a 50	29
51 a+	30
SEM INFORMAÇÃO	50

- Dados da Violênciapela Secretraia Municipal de Saúde (Agravos e notificações, Disque 100 3 Ligue 180)

A partir dos dados do SINAN (Sistema de Agravo da Saúde, vigilância epidemiológica municipal, podemos mapear onde estão os casos de violência, a partir disso, separamos para atuação da equipe técnica da assistência social, dados que vão subsidiar os equipamentos para ser trabalhado as prevenções nos próximos anos.



O total de notificações de violência doméstica nos anos de 2020 -277casos e 2021-297 totalizando no período 574 casos. O município está dotado de 6 (seis) Centros de Referência de Assistência Social, que no ano de 2021 atenderam 12.358 famílias/ano. Todos os serviços estão voltados para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A política municipal de Assistência social em Mangaratiba deve manter-se vigilante para a inclusão de crianças, jovens, adultos, pessoa com deficiência e idosos que estejam alijados dos direitos garantidos constitucionalmente, a fim de que realmente sejam implantadas e implementadas ações de garantia de direitos fundamentais que assegurem qualidade de vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade para todos.

A partir da coleta dos dados dos equipamentos públicos da cidade das mais diferentes áreas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Balcão de Emprego Instituto José Miguel) foi montado um diagnóstico apontando as necessidades de uma atenção qualificada a ser atendidas nos próximos 4 anos de governo.

-VALE SOCIAL

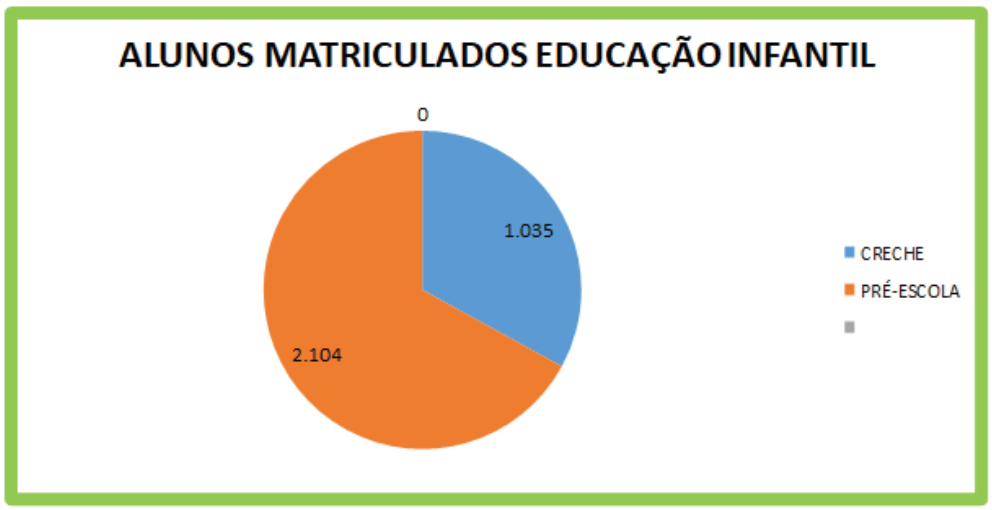
O Vale Social foi instituído pela Lei Estadual nº 4.510/2005 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.6992/05. O benefício consiste na gratuidade em transportes de concessão estadual (rodoviário intermunicipal, metroviário, ferroviário e aquaviário). De acordo com a legislação, a Secretaria De Estado de Transportes tem o prazo máximo de 90 dias para regulamentar e expedir o benefício. Esse prazo passa a contar a partir da data de recebimento do cadastro pela equipe do Vale Social. Os beneficiários são portadores de deficiência (física, auditiva, visual ou mental) e doentes crônicos que estejam em tratamento médico ou medicamentoso, em unidade pública de saúde ou conveniada ao SUS, cuja interrupção possa acarretar risco de morte. No ano de 2021 foram realizados 147 atendimentos de julho à dezembro.

- RIO CARD SÊNIOR

Serviço realizado pela SETRANSDUC (Sindicato das empresas de transportes rodoviários em Duque de Caxias e Magé) em parceria com a SMASDH realizado uma vez ao mês, destinado à concessão de cartão eletrônico de transporte para aos idosos com 65

anos completos, assegurando o seu deslocamento nos modos de transporte cuja bilhetagem eletrônica é operada pela Riocard Mais: ônibus (linhas intermunicipais e/ou intramunicipais), barcas, VLT, BRT e vans legalizadas, de acordo com a sua necessidade. O cartão Sênior é pessoal e intransferível, portanto, não pode ser emprestado. Em 2021 foram realizados 1.319 atendimentos.

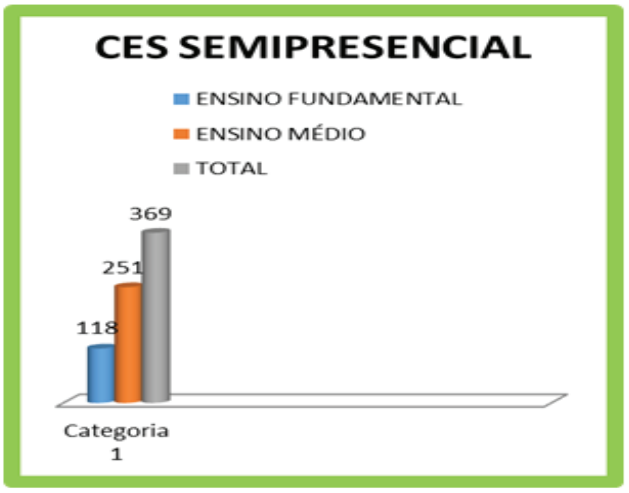
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



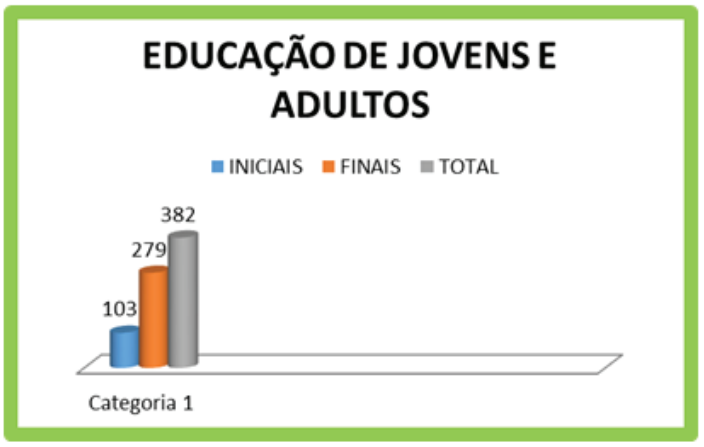
Destas 504 crianças encontra-se em cadastro de reserva aguardando inclusão em creches. Destas 26 no centro de Mangaratiba, 140 Praia do Saco, 175 em Conceição de Jacareí, Itacuruça 46 e Muriqui 117. Observa-se que o Distrito Serra do Piloto não foi apontado o número para cadastro de reserva, porém não significa que não existe a demanda, pois muitos desses usuários são encaminhados para o cadastro Praia do Saco**.**

55


ALUNOS MATRICULADOS
INICIAIS2
FINAIS
TOTAL
5274,0
3033,0
2241,0


CES SEMIPRESENCIAL
ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
TOTAL
369
251
118
Categoria 1

56



Existe um quantitativo significativo, a necessidade de criar alternativas, e ou buscar parcerias com universidades para criação de polos educacionais dentro do município.

4.DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

O plano de Assistência Docial, de princípio democrático e participativo, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A NOB-SUAS/2012 expressa em seu Capítulo I "Sistema Único de Assistência Social" objetivos, princípios e diretrizes que oriena a organização e a estruturação da gestão do SUAS e a oferta da proteção sociassistencial em consonância com as seguranças afiançadas por esta política pública.

São Diretrizes estruturantes da gestão do SUAS no âmbito municipal:

I - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;

II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;

III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - matricialidade sociofamiliar;

V - Territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII – controle social e participação popular;

No Município, além destas diretizes, na elaboração e planejamento do Plano Municipal de assistência social, com vistas ao alcance das propriedades e metas pactuadas foram ultilizados os instrumentos orçamentários (PPA, LOA, Lei e Diretrizes Orçamentária Anual-LOA e dados da última Conferencia Municipal de Assitência).

O orçamento é instrumento essencial para a gestão da política pública de assistência social e expressa o planejamento que orienta e garante condições para o atendimento à população usuária desta política com vistar a evitar que as ações tenham caráter de improviso. O orçamento expressa as prioridades da gestão e, como viabilizador das condiçoes objetivas para a operacionalização das ações de assistência social, sejam elas voltadas à prestação direta de serviços, sejam pela via da operacionalização de sua gestão, tem papel central no processo de financiamento desta política.

O PPA estabelece a ligação entre os objetivos indicativos de Estado, presente em um planejamento de longo prazo; políticas de governo de médio prazo, e a realização dos gastos, previsto pelo orçamento anual.

4.1- DELIBERAÇÕES

As prioridades estabelecidas estão baseadas no Pacto de Aprimoramento do SUAS conforme o art. 23 da NOB-SUAS, instrumento pelo qual se materializa as metas e prioridades no âmbito do SUAS como: os Princípios Organizativos do Suas; Diretrizes estruturantes do Suas; Metas do Plano decenal 2022-2026; Prioridades e metas dos Planos Nacionais e estaduais; Metas do pacto de aprimoramento ainda não alcançadas pelo município; Deliberações das conferência municipal em nossa 13° conferência deliberamos as seguintes propostas:

EIXO 1 – A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
1	Trabalho itinerante para população em áreas distantes do centro.	Ampliar os serviços destinados a atender a população em situação de rua.	Acesso à benefícios de transferência de renda.
2	Fortalecer o trabalho intersetorial		
3	Geração de renda		
4	Instituição de acolhimento para idosos		
5			

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
1	Aumento dos recursos destinados a política de assistência social	Fortalecimento da rede socioasssitencial.	Garantir recursos para ampliação do atendimento às demandas sociais.
2	Continuidade dos serviços socioassistenciais		

EIXO 3 – Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
1	Fortalecimento dos Conselhos	Capacitar profissionais e conselheiros	Destinação de recursos específicos para os conselhos municipais
2	Debates com a população sobre os direitos socioassistenciais		
3	Estreitar os vínculos entre a população e o órgão gestor da política.		
4	Participação social na tomada de decisões		
5			

EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
1	Fortalecimento do cadastro único	Criar programas e projetos de enfretamento a pobreza	Ampliar a oferta dos programas de transferência de renda para a população mais vulnerável
2	Trabalhar a autonomia dos beneficiários do PBF		

EIXO 5 – Atuação do SUAS em situações de calamidade Pública e Emergenciais.

	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado	Prioridades para a União
1	Atualizar as leis de benefícios eventuais	Ações em conjunto com os municípios para o enfrentamento as	Atualizar os serviços de vigilância socioassistencial.

		conseqüências das calamidades.	
2	Trabalhar preventivamente na divulgação de informações quanto aos direitos da população		

IX – Registro das Deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social:

Deliberações para o Município			
Deliberações		**Eixo ao qual está relacionada**	
1	Criar um grupo gestor intersetorial permanente para discussão e criação de políticas públicas de enfrentamento das demandas sociais apresentadas pelo município na atualidade.	Eixo 1	
2	Criar projeto em parceria com a secretaria de educação e empresas locais para incluir pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social no mercado de trabalho.	Eixo 1	
3	Destinação de recursos para amparar a população em situação de rua em todos os distritos do município.	Eixo 2	
4	Assegurar a continuidade dos serviços socioassistenciais, mediante o uso adequado dos recursos financeiros.	Eixo 2	
5	Fortalecer os Conselhos Municipais de Assistência Social fornecendo a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atribuições.	Eixo 3	
6	Promover ações que possibilitem a inserção da sociedade civil nos debates pela garantia de direitos, formando uma sociedade atuante e fiscalizadora, através da promoção de palestras e debates esclarecedores sobre os direitos constituídos e assegurados por lei.	Eixo 3	
7	Revisão da legislação sobre os benefícios eventuais de modo a abranger as situações de risco social e não somente as situações de calamidade como também o aumento do valor.	Eixo 4	
8	Instituir representatividade em cada distrito abrangendo os atores do território (profissionais, usuários, parceiros dentre outros) com o objetivo de debater, monitorar e avaliar as provisões, os atendimentos e seus resultados por meio de assembléias locais, tendo o Cras como referência.	Eixo 4	
9	Garantir que o benefício eventual como o aluguel social seja estipulado no valor de no mínimo um salário mínimo.	Eixo 5	Eixo 4

10	Investir em ações de prevenção permanentes com articulação dos profissionais intersetoriais, visando a qualificação dos serviços destinados às famílias que residem em áreas de risco.	Eixo 5	

Deliberações do Município para o Estado			
Deliberações		**Eixo ao qual está relacionada**	
1	Unificação permanente dos serviços do Estado para que os municípios de pequeno e médio porte possam ofertar ações voltadas a para a população em situação de rua.	Eixo 1	
2	Organizar ações intersetoriais capazes de fortalecer os serviços e programas, ampliando a proteção social da população.	Eixo 2	
3	Incluir a participação dos municípios nos fóruns intersetoriais de políticas públicas buscando fortalecer a participação social dos territórios	Eixo 3	
4	Elaborar e implementar um Programa Estadual de incentivo à primeira experiência e/ou reinserção no mercado de trabalho profissional de mulheres em situação de violência e risco social, de modo a oferecer cursos de capacitação, formação e abertura de postos de trabalho.	Eixo 4	
5	Garantir enquanto política pública o auxílio nutricional no olhar da segurança alimentar para atender as situações de calamidade.	Eixo 5	

Deliberações do Município para a União			
Deliberações		**Eixo ao qual está relacionada**	
1	Redução da idade de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para 60 anos e mudanças na renda *per capta de acesso* para ½ salário mínimo.	Eixo 1	
2	Investir e ampliar a oferta dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), observando a necessidade de cada território e o interesse da população.	Eixo 2	
3	Ampliar o percentual de recursos destinados ao desenvolvimento dos Conselhos Municipais através da inclusão de repasses específicos oriundos do governo federal.	Eixo 3	
4	Criar Programa de transferência de renda como incentivo estudantil voltado aos alunos que ingressam no ensino superior oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.	Eixo 4	
5	Criar e implementar novos protocolos que permitam analisar e mensurar os impactos do SUAS no novo contexto social durante e pós-pandemia.	Eixo 5	

61

5. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

A PNAS a que se refere este plano visa desenvolver e apioar ações voltadas à proteção social básica de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo aos mesmos o afiançamento das prerrogativas estabelecidas no SUAS.

5.1- OBJETIVOS GERAL

Este Plano objetiva reunir toda demanda de aprimoramento da Política municipal de Assistência Social na gestão do SUAS- ennolvendo os serviços e benefícios ofertados, na sua gestão, e os mecanismos de psrticipação e controle social, fixando as diretrizes, estratégias, ações e metas para sua contemplação, bem como formas de realizar o acompanhamento do seu desenvolvimento, o monitoramento e avaliação.

5.2- OBJETIVO ESPECÍFICO

- Relacionar os principais indicadores socieconomicos municipais, estabelecendo um perfil socioterritorial que contribua para proporcionar a compreensão acerca dos principais problemas e vulnerabilidades sociais que demandam atenção das políticas públicas, em especial da Política Municipal de Assistência Social;

- Descrever o trabalho realizado no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, ou seja, a cobertura da rede prestadora de serviços sociassistenciais;

- Organizar as demandas por eixos: Proteção Social Básica e Especial; Gestão do SUAS; Controle Social; Benecfícios e Transferência de Renda;

- Fixar, para cada eixo, diretizes, estratégias, ações e metas. Conforme os quadros abaixo:

5.3 - Eixo: GESTÃO DO SUAS

OBJETIVO: APRIMORAR as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.									
DIRETRIZ: Fortalecer a Gestão do SUAS a nível municipal									
SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTES DE FINANCIAMENTO**		
			2022	**2023**	**2024**	**2025**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
GESTÃO	Implantar anexo da SMASDH com os setores para o atendimento ao público.	Adequar as salas Prédio anexo	X				X	X	X
	Reforma e Ampliação da sede SMASDH. Com aquisição de bens permanentes e duráveis.	Oferecer melhores condições de estrutura física	X	X	X	X	X	X	X
	Implantar o Sistema de Informação integrado e interligado com toda a rede de serviços da SMASDH.	Modernizar a rede de atendimento	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer a rede de articulação entre os serviços intersetoriais.	Atendimento integral as famílias	X	X	X	X	X	X	X
	Encontros e debate através de atividades fóruns e encontros.	Com temas de interesse aos trabalhadores do SUAS, bem como temáticas PETI, POP e	X	X	X	X	X	X	X

		outros							
	Aquisição de novos veículos para atendimentos aos serviços ofertados no SUAS conforme Tipificação;	Atender adeequadamente todos os serviços.	X	X	X		X	X	X
	Reestruturar as estratégias de divulgação e comunicação das ações e serviços do SUAS.	Divulgando se assim para além da carta de serviços os equipamentos da SMASDH.	X	X	X	X	X	X	X
	Implantar Casa dos Conselhos Municipais / NUCOM	Adequar fisicamente para cada conselho	X	X	X		X		
	Promover a formação permanente dos trabalhadores	Aperfeiçoamento do serviço	X	X	X	X	X	X	X
GESTÂO	Estruturação de profissionais da SMASDH com formalização de área essencial no quadro da gestão técnica.	Equipe da gestão	X	X	X	X	X		
	Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços Socioassistenciais e na Gestão do SUAS.	Mantendo o quadro técnico estabelecido pela NOB-RH	X	X	X	X	X		X

GESTÂO	Construção de sede Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI.	Estruturação para atender a demandas municipais	X	X			X	X	X
	Construção física de Unidade de Acolhimento para Criança/Adolescente.	Sair do aluguel e adequar o equipamento ao número de salas adequadas	X	X	X	X	X		
	Garantir a Capacitação e educação permanente dos trabalhadores do SUAS	Aperfeiçoamento do serviço ofertado	X	X	X	X	X	X	X
	Manter os serviços executados com co-Financiamento de todas as esferas de forma adequando sua utilização de acordo com a realidade do município.	Gestão compartilhada, porém, utilizar os idicadores da vigilância sociassistencial municipal para nortear o trabalho desenvolvido com os usuários.	X	X	X	X	X	X	X
	Instituir o Plano de Carreira para trabalhadores do SUAS	Criar plano de carreira próprio para os trabalhadores incluindo percentual de insalubridade e periculosidade, com vistas ao combate a precarização das relações e vínculos de trabalho.	X	X	X	X	X		
	Instituir Plano Municipal de Gestão do Trabalho	Criar Plano de Trabalho que regulamente a gestão do trabalho no município.	X	X	X	X	X	X	X

	Garantir convênio permanente com gráfica para produção/manutenção das placas de identificação dos espaços.	O serviço ofertado garante que as identificações dos equipamentos estajam em constante modo de conservação, principalmente quando houver mudança de endereço.	X	X	X	X	X	X	X
	Instituir comissão de acompanhamento e monitoramento permanente do Plano Municipal de Assistência Social	Comissão multidisciplicar com representantes de todos os setores da SMASDH.	X	X	X	X	X	X	X
	Atingir 80% atendimento ao público prioritário do BPC	Acompanhar sistematicamente o idoso e a pessoa com deficiência deneficiários do LOAS.	X	X	X	X			X

5.4- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica no município de Mangaratiba, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.
DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

SERVIÇO	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
PSB	Revitalização das Unidades de CRAS já existentes obedecendo às legislações pertinentes.	Manutenção da estrutura física dos equipamentos	X	X	X	X	X	X	X
	Construção de duas Unidades de CRAS no município	Ampliação da oferta dos serviços da PSB nos locais de difícil acesso.	X	X	X	X	X	X	X
	Equipar com bens duráveis adequadamente e a manutenção dos mesmos em todos os espaços de acordo com a realidade territorial dos CRAS.	Substituir os bens duráveis precarizados e ampliar o número de equipamentos como mesas e cadeiras no espaço.	X	X	X	X	X	X	X
	Ampliar equipe técnica conforme NOB – RH nos CRAS. Principalmente concursados.	Garantir atendimento contunuado nos equipamentos da Assistência.	X	X	X	X	X		

	Implementar serviço CRAS Itinerante (com meios de transporte adaptado e equipado) com profissionais com nível superior e médio para compor a equipe volante.	Atendimento especializado e continuo as familias que necessitam de atendimento domiciliar, garantindo a forma de acesso de todos.	X	X			X	X	X
	Incluir público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.	Manter o percentual mínimo de 50%. Promovendo a diversificação dos serviços e a inclusão dos mesmos por cada faixa etária. Realizando busca ativa através das escolas, visita domiciliares, especificamente o público idoso.	X	X	X	X		X	X
	Pactuação com a rede intersetorial	Reuniões com a rede fixas mensais de forma objetiva com representante de cada área do território, realizando trabalho tanto preventivo quanto curativo, junto as famílias em vulnerabilidade, rede escolar, atendidas na saúde, entidades não governameitais e demais políticas públicas.	X	X	X	X	X		
CRAS/	Elaborar e implantar protocolos de atendimentos – rotinas,	Garantndo atendimento sistemático e contínuo	X	X	X	X	X		

PAIF	encaminhamentos, fluxo dos usuários, entre outros.								
	Recursos Audiovisuais, materiais para os programas e serviços do PAIF.	Disponibilidade de informação através de multimídia a toda a população.	X	X	X	X	X	X	X
	Acompanhar pelo PAIF as famílias do BPC.	Realizar Busca Ativa, Chamamento público e ofertar serviços atrativos a este público promovendo sua inclusão no PAIF.	X	X	X	X	X	X	X
	Acompanhar as famílias do Programa Mais Brasil pelo PAIF	Atingir a taxa de acompanhamento das famílias cadastradas, através de Busca ativa e visitas domiciliares com a oferta de serviços atrativos e diversificados no PAIF.	X	X	X	X		X	X

SERVIÇO DE PSB NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS	Equipe Técnica de Referência.	Ampliação no quadro de profissionais para atender sistematicamente a este público nos territórios de referência.	X	X	X	X	X	X	X
CADASTRO ÚNICO	Capacitação para formação de novos entrevistadores do Cadastro único.	Formação continuada dos profissionais de nível médio para atendimento qualificado nos territórios.	X	X	X	X		X	X
	Realizar o processo anual de mobilização municipal para atualização cadastral	Aumentar a taxa de atualização cadastral do município refletida no repasse do IGD-M (TAC)	X	X	X	X		X	X
	Realizar a inclusão das famílias beneficiárias do BPC no CadÚnico.	Orientar e incluir todos os beneficiários do BPC apontados pelo MC como "não localizados" no cadastro único.	X	X	X	X		X	X
PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	Encontro sistemático com equipe técnica do CRAS (Assistente social, psicóloga e entrevistadores).	Manter informados e atualizados os profissionais que atuam com PAB/Cadúnico a fim de melhorar atender aos usuários.	X	X	X	X	X	X	X

(PAB)									
	Garantir e potencializar a inclusão/manutenção das famílias em descumprimento de condicionalidades no auxílio Brasil.	Garantir que as famílias em descumprimento de condicionalidades sejam acompanhadas pela rede assistencial a fim de identificar vulnerabilidades e dificuldade de acesso aos serviços básicos, bem como zelar pela continuidade da transferencia de renda do programa mais Brasil.	X	X	X	X	X	X	X
	Reuniões intersetorial com as equipes CRAS, ESF´s e Unidades Escolares. PAB	Incentivar a articulação permanente das redes escolar, saúde e de assistência social para acompanhamento das condicionalidades.	X	X	X	X	X	X	X

SERVIÇO	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Retornar com o atendimento com auxílio natalidade mediante acompanhamento da equipe PAIF.	Realizar articulaçao intersetorial e atender as famílias com perfil para o acesso ao benefício.	X	X	X	X	X	X	X
	Conceder Benefícios eventuais aos cidadãos e as famílias em virtude de Nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de Calamidade Publica conforme Lei Municipal.	Identificar os usuários com situações de vulnerabilidade temporária e conceder o benefício que lhe é de direito, conforme a necessidade apresentada.	X	X	X	X	X	X	
	Inclusão do auxílio emergencial em pecúnia para a em vulnerabilidade. (atualização na lei de benefício eventual).	Acrescentar esta modadidade de benefício ao usuário em vulnerabilidade social.	X	X	X	X	X	X	

5.5- PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Mangaratiba, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.									
DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de risco e violação de direitos.									
SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTES DE FINANCIAMENTO**		
			2022	**2023**	**2024**	**2025**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
CREAS/ PAEFI	Adequação de espaço físico existente conforme normatização específica e com acessibilidade para pessoas.	Equipar o pédio seguindo as normas da ABNT para acessibilidade, bem como os números de salas adequadas para atendimento.	X	X	X	X	X	x	x
	Equipar adequadamente com mobiliário, equipamentos de informática, recursos audiovisuais e tecnológicos dentre outros.	Instrumentalizar as equipes com instrumentos tecnológicos e insumos para o desenvolvimento do trabalho.	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir equipe técnica conforme a necessidade dos serviços e NOB-RH.	Equipe que atenda as características de atendimento do município.	X	x	x	x	X		X

PAEFI	Realizar educação e formação permanente dos recursos humanos.	Capacitação contínua as equipes dos serviços destinado as situações de violências.	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar diagnóstico socioassistencial e territorial com identificação de riscos e vulnerabilidades.	Mapeando as situçãos de altos índices no município e os territórios de maiores índices.	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir a divulgação das ações e serviços.	Multiplicação da informação como forma de prevenção e notificação das violações de direitos.	X	X	X	X		X	X
	Execução das Mobilizações temáticas em todo o município.	Mobilizações temáticas a cerca dos temas relacionado as demandas atendidas pelo CREAS.	X	X	X	X	X	X	X
	Construir ou adquirir sede própria para o CREAS com espaço adequado para o atendimento as famílias.	Garantir a continuidade do serviço e o gasto com prédio alugado.	X	X	X	X	X	X	X
	Capacitação continuada com as temáticas específicas a equipe de abordagem social.	Instrumentalizar a equipe para atendimentoa as demandas específicas para abordagem social através de Busca Ativa.	X	X	X	X	X	X	X
	Capacitação continuada com a temática da violência com pós	Instrumentalizar as equipes na compreensão das formas e dinamicas da violência	X	X	X	X	X	X	X

	graduação e aos profissionais de nível médio e fundamental.								
	Monitorar protocolos de atendimentos – rotinas, encaminhamentos, fluxo dos usuários, programas, serviços e projetos.	Como forma de sistematização dos serviços oferados.	X	X	X	X	X	X	X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOL. EM CUMPRIMENTO DE MSE LA/ PSC	Manutenção das ações de educação e formação permanente dos recursos humanos para MSE.	Formação continuada e atualização das formas de atendimento.	X	X	X	X	X	X	X
	Construção do Plano Municipal de MSE – SINASE.	Metas, ações e o monitoramento das ações a este público específico.	X				X	X	X
	Revisão do plano político pedagógico a partir da normatização nacional-SINASE.	Seguimento dos eixos norteadores da política nacional como forma de atualização.	X	X			X		
	Implementar a divulgação das ações e serviços	Forma de desmistificar e esclarecer o serviço ofertado principalmente na sensibilização de outros atores como parceria na prestação deste serviço.	X	X	X	X	X	X	X

	Ampliação e fortalecimento da rede intersetorial, bem como instituição público e privada.	Com estudo de caso e reuniões sistemáticas.	X	X	X	X	X	X	X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS E SUAS FAMÍLIAS	Reordenar as demandas com referência técnica para os serviços, conforme tipificação.	Atender os requisitos da política Nacional de Serviços Sociassistenciais	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer as ações de monitoramento.	Como forma de pontuar e nortear novas ações diante das demandas apresentadas.	X	X	X		X	X	X
	Equipar adequadamente com veículos, recursos tecnológicos, serviços de telefonia móvel, dentre outros.	Como forma de qualificar os serviços ofertados pontuando as novas configurações das demandas e da população atendida pelo serviço.	X	X				X	X
	Realizar educação e formação permanente dos recursos humanos	Educação permanente qualificando os serviços	X	X	X	X	X	X	X

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Garantir equipe técnica interdisciplinar.	Ampliação de quadro técnico para atendimento especializado em todos os distritos.	X	X	X	X	X	X	
	Implantação de local – abrigo provisório – Serviço tipificado	Implantação de local para atentendimnto a população em situação de rua em situaçoes adversas (Frio,Calamidade)	X	X			X		
	Equipar adequadamente com veículos, Mobiliários, recursos tecnológicos, serviços de telefonia móvel dentre outros.	Facilitando as ações pontuais nos atendimentos a este público em todo o município.	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar educação e formação permanente dos recursos humanos.	Qualificação Continuada	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer e ampliar a rede de apoio ao serviço.	Com encontros sistemáticos com agenda para estudo de caso e planejamento multiprofissional aos usuários.	X	X	X	X	X	X	X

SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL	Ampliar a equipe técnica de abordagem (similares ações como o CREAS POP)	Com profissionais de nível superior com experiência de atendimento as demandas apresentadas	X	X	X	X	X		
	Fortalecer ações de Monitoramento	Pontuando a vigilância scioassistêncal o perfil e as características que acarretará em ações específicas destinada a este público.	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer e ampliar a rede de apoio ao serviço	Atendimento ao usuário em sua integralidade	X	X	X	X	X	X	X

SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTES DE FINANCIAMENTO**		
			2022	**2023**	**2024**	**2025**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
CONSELHO	Construir uma sede própria	Continuidades sem o sucateamento do equipamento garantindo o atendimento contínuo.	X	X	X	X	X		
	Fortalecer ações de Monitoramento	Pontuando a vigilância scioassistêncal o perfil e as características que acarretará	X	X	X	X	X		

TUTELAR		em ações específicas destinada a criança e ao adolescente.							
	Capacitação continuada dos conselheiros e equipe administrativa	Formação contínua e especializada	X	X	X	X	X		
	Revisão da Legislação municipal nos direitos das crianças e adolescentes	Atualização na forma de atendimento a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.	X	X			X		
	Fortalecer e ampliar a rede de apoio ao serviço	Atendimento ao usuário em sua integralidade com reuniões sistemáticas e agendas esteblecida.	X	X	X	X	X		

5.7- PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Mangaratiba, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.								
DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Especial de Alta Complexidade como espaço de garantia da proteção integral, orientação e acompanhamento de crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.								
SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTES DE FINANCIAMENTO**		
			2022	**2023**	**2024**	**2025**	**MUNICIPAL**	**STADUAL**	**FEDERAL**
	Reordenar e garantir os serviços de acolhimento institucional de crianças e	Como forma de proteção as situações de violências e violações de direitos	X	X	X	X	X	X	X

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	adolescentes no Município.								
	Realizar estudo de viabilidade através de espaços de discussão junto ao Judiciário.	Com isto viabilizar a implantação de programas que visem dar suporte ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.	X	X	X	X	X		
	Construção de espaço físico próprio adequado para o funcionamento melhor do serviço.	Garantindo a qualidade do atendimento e qualidade do ambiente das crianças e adolescentes	X	X	X	X	X	X	X
	Equipar adequadamente com veículos, mobiliários, recursos tecnológicos, dentre outros.	Garantir a qualidade e continuidade do serviço.	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir recursos humanos necessários conforme Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.	Facilitará a orientações Técnicas e necessidade do serviço.	X	X			X	X	X
	Realizar educação permanente dos recursos humanos.	Capacitação continuada a todos os trabalhadores do equipamento.	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir a equipe de apoio (auxiliar de serviços gerais, atendente, entre outros).	Ampliação do quadro técnico atendendo assim as demnadas do equipamento.	X	X	X	X	X		

	Legitimar o Plano político pedagógico e regimento interno.	A fim de dar continuidade e sistematizar o serviço ofertado.	X	X	X	X	X		

5.8 SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAL

SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAL	Fortalecer a parceria com a Defesa Civil.	Sistematizar e estabelecer fluxo na situação de calamidade.	X	X	X	X	X	X	X
	Prover benefícios eventuais nos casos solicitados.	Liberação e auxílio nutricional, auxílio funeral, auxílio passagem, auxílio natalidade e aluguel social.	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir o encaminhamento e o acompanhamento das famílias que sofreram situações de calamidade.	Acompanhamento sistemático das famílias.	X	X	X	X	X	X	X

5.9 VIGILÂNCIA SOCIASSISTÊNCIAL

SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
Vigilância Socioassistencial	Capacitar equipes para utilização do prontuário SUAS;	Implantar prontuário SUAS nos equipamentos Socioassistênciais;	X	x	x	x	X	X	X
	Garantir capacitação para à equipe técnica dos equipamentos socioassistenciais para a implantação do prontuário SUAS; Realizar pesquisa por meio eletrônico, visando coletar informações para esclarecimento de dúvidas dos profissionais;	Implantar paineis de monitoramentos mensais para cada unidade da rede socioassistencial;	X	X	X	X	X	X	X

	Preenchimento do registro mensal de atendimento, atualização do CadSUAS, responder o CensoSUAS;	Preencher sistemas informatizados do SUAS;	X	X	X	X	X	X	X
	Implantar instrumento de avaliação e monitoramento;	Coletar dados de monitoramento e avaliação, através de visitas nos espaços na socioassistênciais e na rede municipal;	X	X	X	X	X	X	X
	Implantar painel de monitoramento nos equipamentos, monitorar as metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS nos Municípios (2022-2025); Monitorar a execução do Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025); Participar da implantação do Plano de Acolhimento	Ampliar, monitorar e consolidar instrumentos periódicos de planejamento da gestão e da execução de ações de assistência social no municipio;	X	X	X	X	X	X	X

a crianças e adolescentes, enfrentamento ao trabalho infantil, e atualização do plano plurianual de medida socioeducativa (2022-2025), monitorar o plano municipal de calamidade publica								
Confecção de Folders, boletins informativos;	Criar ferramentas de publicização das ações do PAIF, do PAEFI, CREAM;	X	X	X	X	X	X	X
Adequar a meta de atendimento dos serviços à demanda dos territorios a partir do diagnostico construído em parceria com sistema de informação;	Desenvolver os mapas do diagnostico socioterritorial de vulnerabilidades e riscos sociais;	X	X	X	X	X	X	X

	Executar avaliação de desempenho;	Aprofundar e tornar sistemático e periódicos os processos de avaliação;	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar eventos que contribuam para efetivação de diagnóstico, monitoramento e avaliação para articulação no interior das redes socioassistêncial em sua relação com outras políticas setoriais;	Realizar eventos que contribuem para efetivação da função da vigilância socioassistêncial;	X	X	X	X	X	X	X

5.10- CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO: Apoiar os Conselhos enquanto Instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, como forma de democratizar a gestão.									
DIRETRIZ: Fortalecer o Controle Social do SUAS a nível municipal.									
SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTES DE FINANCIAMENTO**		
			2022	**2023**	**2024**	**2025**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
CONTROLE SOCIAL	Promover Capacitação permanente aos conselheiros para atuarem no fortalecimento do controle social.	Oportunizar acesso dos conselheiros às capacitações ofertadas para atuação nos conselhos.	X	X	X	X	X		X
	Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores, na representação da sociedade civil nos conselhos Municipais de Assistência Social.	Incentivar a participação dos usuários nas represebtações do CMAS, com ciclos de debates e discursão acerca dos difreitos sociassistenciasi e referente ao exercício do controle social, como forma de acompanhamento, fiscalização e contribuição para que suas necessidades sejam atendidas.	X	X	X	X	X		X
	Efetivar fiscalização dos beneficiários dos Programas de transferência de renda	Executar fiscalização entre conselheiros e técnicos através de vistas, aos beneficiários em possível descumprimento.	X	X	X	X	X		X

	Regularização do Nucom com estrutura física adequada.	Instituir como infraestrutura através de Lei com fluxos e protocolos.	X	X	X	X	X		X
	Ampliar e fortalecer a secretaria executiva dos conselhos.	Com ações de divulgação dos conselhos.	X	X	X	X	X		X
	Equipar com insumos e instrumentos o NUCOM (linha telefônica, mesas e cadeiras equipamento de mídia e multimídia).	Adequar a infraestrutura do equipamento qualificando a oferta de serviço aos conselheiros.	X	X	X	X	X		X
	Garantir veículo próprio aos conselheiros facilitando o deslocamento dos mesmos.	O transpote destinado aos conselheiros facilitará as ações desenvolvidas pelos conselheiros, bem como, a capacitação continuada fora do município.	X	X	X	X	X		X
	Capacitação continuada para os profissionais que compõe o quadro do NUCOM.	Atendendo ao eixo de educação permente atedendendo cada demanda dos conselhos em suas especificidades.	X	X	X	X	X		X

87

5.11- AÇÕES DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E TERCEIRA IDADE

SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
ENVELHECI-MENTO SAUDÁVEL E TERCEIRA IDADE	Contratação de profissionais de nível superior com especialização em terceira idade.	Sistematizar e ofertar serviço qualificado ao público prioritário.	X	X	X	X	X		
	Oferta de insumo alimentar como kit lanche para ser liberado aos mesmos durante as oficinas.	Atender as necessidades dos idosos durante a atividades.	X	X	X	X	X	X	X
	Equipar o espaço com núcleo da melhor idade com material permanente.	Equipar os equipamentos para um melhor atendimento ao público atendido pela melhor idade.	X	X	X	X	X		

SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTES DE FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ENVELHECI-MENTO SAUDÁVEL E TERCEIRA IDADE	Contratação de profissionais de nível superior como assessoria técnica com especialização e experiência em Direitos Humanos.	Sistematizar e ofertar serviço qualificado ao público prioritário.	X	X	X	X	X	X	X
	Fóruns e mobilizações Municipal de debate acerca dos direitos e inclusão.	Encontro municipal de toda a rede do município proincipalmente com a participação dos usuários como LGBTQIA+, Mulher, Igualdede Racial, PCD.	X	X	X	X	X	X	X
	Monitoramento e mapeamento das ações para acesso a direitos.	O mecanismo facilitará o atendimento e fomentos por políticas públicas municipal das necessidades dos usuários como LGBTQIA+, Mulher, Igualdede Racial .	X	X	X	X	X	X	X
	Equipar o espaço com núcleo da melhor idade com material permanente.	Equipar os equipamentos para um melhor atendimento ao público atendido pela melhor idade.	X	X	X	X	X	X	X

6. RECURSOS MATERIAIS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

PROTEÇÃO/ GESTÃO	RECURSOS MATERIAIS	QTDE. DISPONÍVEL	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE NECESSÁRIA
PSB	CRAS	06	Centro Itacuruçá Muriqui C. de Jacarei Serra Praia do Saco	Territórios	+1
PSB	Equipe volante	2	Sahy Marambaia Sertão	Itacuruçá Sahy Serra	+2
	Centro de convivência/ CRAS com oferta do SCFV	6	Centro e zona rural	Territórios I, II, III,IV e zona rural	+1
PSE	CREAS	1	Centro	Municipal	1
	Unidade de Acolhimento	1	Ibicuí	Municipal	1

90

7. ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

Levando se em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entres federados deverão elaborar seus planos de assistência social a cada quatro anos. Este documento, a atualização do PMAS que coincide com o mesmo período de atualização dos diagnósticos socioterritoriais e da elaboração da LOA, com ações em conjunto com a avaliações periódicas e durante as conferências; Revisões ou atualizações na ocorrência de eventos danosos que impactem famílias e seus territórios, bem como a capacidade de cobertura do município, dentre outros.

Importante salientar, que mesmo atualizados, o PMAS não exclui a necessidade de realização de outros processos de planejamentos específicos para as ofertas socioassistenciais

91

8.RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS PARA AS PROTEÇÕES

Nível de Proteção /gestão	Local De trabalho	CH	Efetivos	Profissão/cargo /função	Qtde. disponível	Qtde. necessária
PSB	CRAS	30	X	Psicólogo	2	2
		30	X	Assistente social	2	+2
		40	X	Orientador social	4	+2
		40	X	Coordenador	1	1
	Centro de convivência	40	X	Facilitador de oficinas	1	+2
		40		Pedagogo	1	1
		40		Orientador social	6	6
PSE	Unidade de acolhimento	30	X	Assistente social	1	1
		30	X	Psicólogo	1	1
		40		Coordenador	1	1
		12/36		Cuidador social	12	12
	CREAS	30	X	Assistente social	2	2
		40		Orientador social	4	4
		40		Advogado	1	1
		40	X	Psicólogo	2	2

9. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO - Previsão Orçamentária 2022

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
EXERCÍCIO 2022							
AÇÃO	**UNIDADE EXECUTORA**	**PREVISÂO ATENDIMENTO MENSAL**	**UNIÃO (R$ - ANUAL)**	**ESTADO (R$ - ANUAL)**	**MUNICÍPIO (R$-ANUAL)**	**OUTRAS FONTES (R$-ANUAL)**	**TOTAL (R$-ANUAL)**
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
PSB	SMASDH	1440	R$172.380,00	R$283.300,00	R$671.043,85	R$0,00	R$1.126.723,85
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
PSE	SMASDH	90/INDIVÍDUOS	R$364.315,00	R$91.432,65	R$124.501,75	R$0,00	R$580.249,40
GESTÃO DO SUAS							
GESTÃO	SMASDH	Melhoria da Gestão da Assistência Social	R$64.036,16	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$64.036,16
CONTROLE SOCIAL							
CONTROLE SOCIAL	SMASDH	Funcionamento/ Manutenção	R$0,00	R$0,00	R$26.022,50	R$0,00	R$26.022,50
						TOTAL GERAL	R$1.797.031,91

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
EXERCÍCIO 2023							
AÇÃO	**UNIDADE EXECUTORA**	**PREVISÂO ATENDIMENTO MENSAL**	**UNIÃO (R$ - ANUAL)**	**ESTADO (R$ - ANUAL)**	**MUNICÍPIO (R$-ANUAL)**	**OUTRAS FONTES (R$-ANUAL)**	**TOTAL (R$-ANUAL)**
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
PSB	SMASDH	1440	R$179.430,34	R$294.886,97	R$698.489,54	R$0,00	R$1.172.806,85
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
PSE	SMASDH	90/INDIVÍDUOS	R$379.215,48	R$95.172,24	R$129.593,87	R$0,00	R$603.981,59
GESTÃO DO SUAS							
GESTÃO	SMASDH	Melhoria da Gestão da Assistência Social	R$66.655,23	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$66.655,23
CONTROLE SOCIAL							
CONTROLE SOCIAL	SMASDH	Funcionamento/ Manutenção	R$0,00	R$0,00	R$27.086,82	R$0,00	R$27.086.82
						TOTAL GERAL	R$1.870.530,49

Previsão Orçamentária 2023

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
EXERCÍCIO 2024							
AÇÃO	**UNIDADE EXECUTORA**	**PREVISÂO ATENDIMENTO MENSAL**	**UNIÃO (R$ - ANUAL)**	**ESTADO (R$ - ANUAL)**	**MUNICÍPIO (R$-ANUAL)**	**OUTRAS FONTES (R$-ANUAL)**	**TOTAL (R$-ANUAL)**
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
PSB	SMASDH	1440	R$186.769,04	R$306.947,84	R$727.057,76	R$0,00	R$1.220.774,64
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
PSE	SMASDH	90/INDIVÍDUOS	R$394.725,39	R$99.064,78	R$134.894,25	R$0,00	R$628.684,42
GESTÃO DO SUAS							
GESTÃO	SMASDH	Melhoria da Gestão da Assistência Social	R$69.381,42	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$69.381,42
CONTROLE SOCIAL							
CONTROLE SOCIAL	SMASDH	Funcionamento/ Manutenção	R$0,00	R$0,00	R$28.194,67	R$0,00	R$28.194,67
						TOTAL GERAL	R$1.947.035,15

Previsão de Orçamento da SMASDH ano 2024

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO-FINANCEIRO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
EXERCÍCIO 2025							
AÇÃO	**UNIDADE EXECUTORA**	**PREVISÂO ATENDIMENTO MENSAL**	**UNIÃO (R$ - ANUAL)**	**ESTADO (R$ - ANUAL)**	**MUNICÍPIO (R$-ANUAL)**	**OUTRAS FONTES (R$-ANUAL)**	**TOTAL (R$-ANUAL)**
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
PSB	SMASDH	1440	R$194.407,89	R$319.502,00	R$756.794,42	R$0,00	R$1.270.704,31
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
PSE	SMASDH	90/INDIVÍDUOS	R$410.869,65	R$103.116,52	R$140.411,42	R$0,00	R$654.397,59
GESTÃO DO SUAS							
GESTÃO	SMASDH	Melhoria da Gestão da Assistência Social	R$72.219,12	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$72.219,12
CONTROLE SOCIAL							
CONTROLE SOCIAL	SMASDH	Funcionamento/ Manutenção	R$0,00	R$0,00	R$29.347,83	R$0,00	R$29.347,83
						TOTAL GERAL	R$2.026.668,85

Tabela 16: Previsão de Orçamento da SMASDH ano 2025

10.RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Enquanto indicadores das ações e priodades estebelecidas, pretenderemos qualificaar e estruturar as condiçoes de trabalho que garantam as diretrizes e princípios do SUAS, que rfeltirá diretamente na qualidade dos serviços prestados.

Enquanto PSB, busca-se alcançar os resultados acalnçados pactuados na CIT em resolução garantindo o atendimento ao público alvo prioritário deste nível de proteção , qualificando os equipamentos do SUAS existente, previnindo efetivamente as situações de vulnerabilidade, permitindo a diminuição dos índices de direitos violados.

11.MECANISMO E FONTE DE FINANCIAMENTO

Os recursos para a assistência social provêm de fonte livre e vinculadas. O municipio através da Lei Orçamentária Anual (LOA) destina como contra partida de finaciameto receitas recorrentes da administração Direta à Política de Assistencia social. Segue as tabelas com os valores destinados dos ano de 2020-2022.

Contas Vinculadas ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Saldo das Contas em 31/12/2020
CNPJ: 17.507.464/0001-91

PROTEÇÃO	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	BL GBF FNAS	38369	171417	R$ 98.066,89
Total do Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único				**R$ 98.066,89**
Bloco da Gestão do SUAS	BL GSUAS FNAS	38369	171425	R$ 39.721,40
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDACO	38369	203604	R$ 3.895,25
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDEPI	38369	203912	R$ 86.173,43
Bloco da Gestão do SUAS	SIGTV_ESTRO	38369	205203	R$ 200.089,77
Total do Bloco da Gestão do SUAS				**R$ 329.879,85**
Bloco da Proteção Social Básica	BL PSB FNAS	38369	171458	R$ 386.558,17
Total do Bloco da Proteção Social Básica				**R$ 386.558,17**
Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	BL PSEAC FNAS	38369	171433	R$ 0,00
Total do Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade				**R$ 0,00**
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL PSEMC FNAS	38369	171441	R$ 0,00
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL MAC FNAS	38369	16537X	R$ 316.470,48
Total do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade				**R$ 316.470,48**
Grupo de Programas	ACESSIASTRAB	38369	171387	R$ 1.340,09
Grupo de Programas	AEPETI	38369	171409	R$ 146.297,31
Grupo de Programas	BPC ESCOLA	38369	171395	R$ 14,55
Grupo de Programas	CRIANCAFELIZ	38369	176752	R$ 40.396,22
Total do Grupo de Programas				**R$ 188.288,17**
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DO FUNDO				**R$ 1.319.263,56**

Contas Antigas Vinculadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Saldo das Contas em 31/12/2020
CNPJ: 29.138.310/0001-59

NOME PERSONALIZADO NO BB	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
PMANGARATIBAFMASPFMC	PFMC	38369	92274	R$ 0,00
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DA PREFEITURA				**R$ 0,00**

TOTAL DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ	**R$ 1.319.263,56**

IBGE:	330260	**População:**	36.311
Município:	MANGARATIBA	**Porte:**	PEQUENO II

Contas Vinculadas ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Saldo das Contas em 31/12/2021
CNPJ: 17.507.464/0001-91

PROTEÇÃO	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	BL GBF FNAS	38369	171417	R$ 107.539,04
Total do Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único				**R$ 107.539,04**
Bloco da Gestão do SUAS	BL GSUAS FNAS	38369	171425	R$ 37.778,13
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDACO	38369	203904	R$ 3.993,21
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDEPI	38369	203912	R$ 50.862,91
Bloco da Gestão do SUAS	SIGTV_ESTR3	38369	205303	R$ 205.121,71
Total do Bloco da Gestão do SUAS				**R$ 297.755,96**
Bloco da Proteção Social Básica	BL PSB FNAS	38369	17145X	R$ 79.811,83
Total do Bloco da Proteção Social Básica				**R$ 79.811,83**
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL MAC FNAS	38369	18537X	R$ 31.581,94
Total do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade				**R$ 31.581,94**
Grupo de Programas	ACESUASTRAB	38369	171387	R$ 1.619,83
Grupo de Programas	AEPETI	38369	171409	R$ 149.976,45
Grupo de Programas	BPC ESCOLA	38369	171395	R$ 14,92
Grupo de Programas	CRIANCAFELIZ	38369	179752	R$ 41.412,12
Total do Grupo de Programas				**R$ 193.023,32**
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DO FUNDO				**R$ 709.712,09**

Contas Antigas Vinculadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Saldo das Contas em 31/12/2021
CNPJ: 29.138.310/0001-59

NOME PERSONALIZADO NO BB	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
PMANGARATIBAFMASPFMC	PFMC	38369	92274	R$ 0,00
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DA PREFEITURA				**R$ 0,00**

TOTAL DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ	**R$ 709.712,09**

Contas Vinculadas ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Saldo das Contas em 28/02/2022
CNPJ: 17.507.464/0001-91

PROTEÇÃO	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	BL GBF FNAS	38369	171417	R$ 108.408,63
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	BL IGD-PNB	38369	230254	R$ 0,00
Total do Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único				**R$ 108.408,63**
Bloco da Gestão do SUAS	BL GSUAS FNAS	38369	171425	R$ 38.217,06
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDACO	38369	203904	R$ 4.039,61
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDEPI	38369	203912	R$ 51.453,06
Bloco da Gestão do SUAS	SIGTV_ESTR3	38369	205303	R$ 207.504,94
Total do Bloco da Gestão do SUAS				**R$ 301.215,67**
Bloco da Proteção Social Básica	BL PSB FNAS	38369	171454	R$ 75.157,98
Total do Bloco da Proteção Social Básica				**R$ 75.157,98**
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL MAC FNAS	38369	185376	R$ 1.514,20
Total do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade				**R$ 1.514,20**
Grupo de Programas	ACESUASTRAB	38369	171387	R$ 1.638,68
Grupo de Programas	AEPETI	38369	171409	R$ 153.718,97
Grupo de Programas	BPC ESCOLA	38369	171395	R$ 15,09
Grupo de Programas	CRIANCAFELIZ	38369	179752	R$ 41.456,82
Total do Grupo de Programas				**R$ 196.829,56**
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DO FUNDO				**R$ 681.325,81**

Contas Antigas Vinculadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Saldo das Contas em 28/02/2022
CNPJ: 29.138.310/0001-59

NOME PERSONALIZADO NO BB	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
PMANGARATIBAFMASPFMC	PFMC	38369	92274	R$ 0,00
TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DA PREFEITURA				**R$ 0,00**

TOTAL DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ	**R$ 681.325,81**

98

12.INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo cotidiano, por parte de gestores e equipe técnica, do desenvolvimento dos serviços serviços, programas e benefícios em relação ao comprimento de seus objetivos e metas. È uma função inerente à gestão, devendo ser capaz de prover informação que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios. É realizado por meio da captura de informações e prodiução regular de indicadores. Pode ser baseado na captura de informação in loco, em dados coletados por sistema de informações gerenciais, ou ainda, em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitotamento (NOBSUAS/2012).

O monitoramento deste plano ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo e, à medida da necessidade adoção das providências cabíveis. Ao final de cada exercício, será feita a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e, caso necessário, revisão do plano para o exercício seguinte.

REFERÊNCIAS

__BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília, 2012.

__BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Curso de Atualização de Planos de Assistência Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas/capacitasuas.

__GOMES, A. L.; TORRES, A. S. Suas na pandemia: planejamento para assegurar proteção. Vira e Mexe desenvolvimento de equipes. São Paulo, 2020. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2020/04/suas-na-pandemia_planejar-para-proteger.pdf Acesso em: 09 abr. 2021.

__. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

__ Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS

— NOB/SUAS. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao emgrafica/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma operacional-basicade-servico-social-2013-nob-suas>. Acesso em 16 abr. 2014.

__PEREIRA. Potyara Amazoneida P. Panorama do Processo de Regumentação e Operacionalização dos Benefícios Eventuais regidos pela LOAS. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 12 (2010) - . Brasília, 2005.

__SOS Mata Atlântica https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Rio-de-Janeiro-OK.pdf__IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística).http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330260.https://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/pagina/dados-do-municipio.html.Ministério da Cidadania- RI Social, Cecad ,RMA.

_https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol3_planos.pdf

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:

Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia
Jessica Mendes Rodolfo

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal